

VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

19 edição

abril
'12

Os
Territórios
rurais e a
crise



Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul



A cidade e o campo apoiando-se mutuamente!

VIVER
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

| 19^{edición} | abril '12

Estatuto Editorial e Estatuto Redactorial da Revista VIVER
Consulte a página:
www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65

RURAL / URBANO OU O PARAFUSO E A PORCA

António Realinho

[O Diretor]

Estimados leitores, a crise também está a contribuir para espaçar estes nossos contactos. Apesar disso, este décimo nono número da VIVER é aquele que celebra temporalmente o nosso quinto aniversário; ao mesmo tempo o fim dum ciclo, o da infância, e a abertura do ciclo da juventude, o ciclo da fertilidade e da pujança física necessárias ao combate pela vida, com ou sem crises, de acordo com os tempos e condições que nos forem dadas para VIVER.

Os Territórios Rurais e a Crise - é o Grande Tema desta edição. Podemos falar sobre este tema de muitas maneiras, com diferentes palavras e análises, umas mais diretas que outras, umas mais “científicas” que outras, mais ou menos diplomáticas, mais ou menos “CRUAS”.

Como sabemos que os Beirões, os da BIS e os outros, sobretudo os BEIRÕES RURAIS, gostam de se exprimir e compreendem melhor as palavras despidas de sofisticadas camuflagens, nuas como Deus as deitou ao Mundo... para falar dos territórios rurais e do papel que eles podem ter na resolução da crise, ocorre-me recorrer a uma improvisada parábola (imagem) que talvez possa, na sua simplicidade, traduzir com mais

força e eficácia a complexidade daquilo que penso sobre esta incontornável questão do nosso tempo.

De facto, o RURAL e o URBANO, conjuntamente, constituem o nosso Mundo. Se pensarmos que a Crise (Buraco) é produto do Urbano, simbolicamente o Rural é o parafuso que entra na “porca”. A porca sem parafuso é apenas isso, um buraco. O parafuso sem a porca também não serve para nada, não aperta nada, não produz nada! O Rural injeta alimento e vida no Urbano; o Urbano acolhe, desenvolve e vive da dádiva do Rural.

Quando passa

a haver muito mais porcas que parafusos, muito mais Urbanos que Rurais, muito mais consumidores que produtores, dá-se a CRISE: degenera-se o equilíbrio de “género” no mercado dos parafusos e, nas sociedades, exacerbam-se todas as diferenças, implode a coesão social, generaliza-se a violência, surge a espada da ordem e acaba-se a LIBERDADE.

Que fazer?

Parece-me óbvio que (alegoricamente falando), temos que fabricar muito mais parafusos para repor o equilíbrio. Temos, sob pena de nunca ultrapassarmos a CRISE, de arranjar muito mais RURAIS. Como fizeram os portugueses de quinhentos por esse mundo fora... temos de fecundar todas as CRISES que nos aparecerem pela frente... e, enquanto não chegam os novos Rurais, vindos de toda a parte por opção serôdia ou aconselhados pelos vazios das porcas das crises, temos de nos organizar, de nos unir, temos de nos agrupar para poder, juntos, produzir mais e vender melhor; juntos, fazer das nossas fraquezas a força necessária para fecundar a CRISE e, se necessário, os fazedores de crises.

Isso nós podemos fazer, mas também precisamos de “vitaminas”, ajudas inteligentes. Precisamos de políticas dotadas de bom senso, com aplicação prática e de resultados suficientemente atrativos para atrair mais rurais. Políticas territorializadas, concebidas e aplicadas por gente conhecedora dos condicionalismos de cada micro região. Precisamos de reivindicar o direito a sermos nós os produtores rurais, os pensadores das políticas que devem sustentar o nosso esforço produtivo.

Os Territórios Rurais são os parafusos que apertam, consolidam a coesão da sociedade portuguesa, o projeto de um Portugal capaz de se alimentar a si próprio.

Uma nota final para a escolha da capa desta edição, ela reflecte como a crise despoletou um novo ciclo para os territórios rurais, transformando-os em oportunidade e alternativa para as novas gerações.



edição **19**
abril
'12

VIVER

ficha técnica

Diretor António Realinho

Diretor Adjunto Teresa Magalhães

Editor Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Rui Miguel, Teresa Riscado, Clarisse Santos e Filipa Minhós

Redação Teresa Magalhães; Rui Miguel; Clarisse Santos; Teresa Riscado; Filipa Minhós; Sandra Vicente; Paulo Pinto

Design e Direção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Foto da capa José Diogo Castiço e Andreia - Tapada Mira Castiço

Colaboradores Abel Cuncas, Aida Rechena, Alberto Melo, Amândio Silva, Ana Paula Fitas, Ana Vale, Aníbal de Almeida, António Canoso, António Covas, António de Abrunhosa, António Salvado, Armindo Jacinto, Assunção Pedrosa, Calisto Tamor, Carlos Maia, Carlos Rosa, Domingos Santos, Élia Afonso, Elsa Ligeiro, Emílio Magro Martins, Fernando Paulouro, Fernando Raposo, Filipa Carvalho, Géraldine Lechevalier, Gérard Bravis, Gérard Peltre, Guilherme Pereira, Hélder Henriques, Inês Pedrosa, Isabel Adónis, Jaime Novais, Jaime Pires, Jean Charles Lollier, Joana Barros, Joaquim Cabral Rolo, Joaquim Alberto Simões, Joaquim Manuel da Fonseca, João Andrade Santos, João José Fernandes, João Mário Amaral, João Miguel Pereira, João Ludgero, João Carlos Pinho, João Manuel Duarte, João Queiroz, Jolon, Jorge Brandão, Jorge Gaspar, Jorge Gouveia, José Almeida, José Carlos Costa Marques, José Joaquim Antunes, José Nuno Martins, José Portela, Josy Richez, Juan Manuel Gutiérrez, Lauro Moreira, Lopes Marcelo, Lorenzo Barbera, Luís Domingo Sabonete, Luís Rocha, Luís Soares, Luís Valadares, Manuel Santos Jorge, Manuel Gomes, Marco Domingues, Mário Moutinho, Maria José Martins, Maria de Lurdes Quaresma, Maria de Lurdes Santos, Maria Inês Rodrigues, Marie Noelle Hessel, Martine Theveniaut, Matilde Pedrosa, Miguel Freitas, Miguel Nascimento, Moisés Espírito Santo, Paula Gentil Santos, Paulo Águas, Paulo Pinto, Pedro Rego, Regina Lopes, Rui Morais, Rui Veríssimo Batista, Sandra Vicente, Sílvia Vale, Soraia Barroca, Vergílio A. Pinto de Andrade, Víctor Santiago Tabares, Vítor Caldeira

Depósito Legal 289795/09

Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Trimestral

Tiragem 8000 exemplares

Propriedade
ADRACES

Associação para o Desenvolvimento da Raia
Centro-Sul
www.adraces.pt

Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Telef. +351-272540200
Fax. +351-272540209

Número de Identificação Fiscal (NIF) 502706759
Sede da Redação Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Email viver@adraces.pt

conteúdos

01 DO DIRETOR

Rural/Urbano
Ou o parafuso e a porca

03 DO EDITOR

Os territórios rurais e a crise...

04 HISTÓRIAS SIMPLES DE GENTE ANÓNIMA

O professor de música que virou agricultor

06 TEM A PALAVRA

Entrevista ao Presidente da Junta de Lardosa

08 GRANDE TEMA

Os territórios rurais e a crise

36 ROSTOS E EXPRESSÕES DA BIS

40 NÓS ADRACES

PRODER. Eixo III - GAL BIS (2º aviso) - Os Números
PRODER. Eixo III - GAL BIS (2º aviso) - Os Projetos
Livro "Mistérios da Semana Santa em Idanha"
CREmp Beira Interior Sul: empreender no feminino
Curso EFA garante trabalho a formandos em Penamacor

44 AO SABOR DA PENA

"A grande transição. Pluralidade e diversidade no mundo rural", por António Covas
"Naturtejo. Bons Prenúncios!", por Domingos Santos

48 SENTIR A BEIRA

"Territórios ou mentalidades em crise?"
por Lopes Marcelo

O Bodo de Monfortinho

OS TERRITÓRIOS RURAIS E A CRISE...

Camilo Mortágua

[O Editor]

Este é o Grande Tema deste número da VIVER, número em que celebramos o nosso quinto ano de existência.

“A CRISE” é qualquer coisa constantemente definida e redefinida, “demasiadamente” explicada, mas sempre, ou quase, por quem tem responsabilidades diretas e superlativas (responsabilidades indiretas temos todos nós) no seu processo de desenvolvimento, ou interesses privilegiados a defender em relação ao futuro.

Como cada um acaba por “puxar a brasa para a sua sardinha”... a sabedoria popular aconselha a ver para crer - ou seja, esperar pelos resultados para acreditar nos prognósticos!

Como já devem ter reparado, as palavras e/ou os conceitos de ruralidade e rural, raramente, ou nunca, são associados, quer às causas, quer às possíveis soluções da crise.

Ao longo de conferências, debates, fóruns, programas de tv, artigos de jornais etc., fala-se sempre num “economês” supostamente evoluído (quanto mais termos estrangeirados mais evoluído e científico se supõe que seja), que usa termos como: bens transacionáveis, as PME como setor

fundamental para a criação de emprego, políticas ativas para a criação de emprego, crescimento da economia, crédito para recapitalização da economia, etc. etc., mas o termo “Rural” nunca aparece.

Por isso, ficamos sempre a pensar que nos estão falando daquelas

empresas, pequenas ou grandes, que nós conhecemos na nossa rua, no nosso bairro, ou daquelas outras com que obrigatoriamente nos relacionamos, sejam elas de serviços ou de produtos manufacturados.

Ao ouvir o discurso dominante dos media e dos políticos, dos economistas e dos planificadores e “ordenadores” do território, é muito raro que se fale concreta e especificamente de “empresas de base rural”, de emprego rural, de crescimento da economia rural, etc. O “RURAL”, mesmo genérico, não é mencionado especificamente, porque provavelmente é um conceito inexistente no disco rígido da “inteligência” contemporânea. Passou de moda... economicamente é irrelevante!

O “RURAL” só é lembrado e especificamente mencionado, quando o preço dos alimentos aumenta! Aí transforma-se num problema Central!

Quando os “Armazenistas Mundiais S.A.” resolvem especular, aí os preços aumentam na exata proporção dos seus lucros, mas mantêm-se as remunerações de escravidão para os produtores, como se, de uma vez por todas, ficasse estatuído e reconhecido que são os produtores de alimentos que têm a obrigação de alimentar os pobres do planeta.

Pela nossa parte, não nos cansaremos de proclamar que, sem aproveitamento das capacidades produtivas do nosso território, sem que sejamos capazes de aproveitar as excepcionais condições e recursos naturais de que dispomos, para produzir a maior parte do que comemos, não haverá solução duradoura para o futuro dum projeto de País minimamente viável.

Sim. Os Territórios Rurais, porque abandonados, contribuíram para crise; se valorizados, contribuirão decisivamente para a ultrapassar.

O MUNICÍPIO RURAL DE IDANHA-A-NOVA, ao lançar a primeira “INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE RURAL” e pela constante busca de soluções inovadoras para ultrapassar os obstáculos que a imposição de políticas desadequadas da sua realidade e a excessiva centralização administrativa vêm causando, é exemplo demonstrativo da importância dos TERRITÓRIOS RURAIS para a ultrapassagem da crise.





O PROFESSOR DE MÚSICA QUE VIROU AGRICULTOR

Carlos Manuel Janeiro Mateus Monteiro

Profissão: professor de música e, como ocupação principal, a agricultura; os tempos livres são ocupados a ensinar música na Banda Filarmónica.

Nasceu em Luanda, Angola, mas foi através da música que conheceu o concelho de Idanha-a-Nova, através da Banda Filarmónica de Idanha, onde ainda hoje é maestro e um dos seus grandes impulsionadores e dinamizadores.

Mas não foi só a música que o prendeu à Raia - uma das grandes razões para que resida no Ladoeiro há 16 anos foi o amor. Conheceu a esposa na Banda Filarmónica e ficou. Em prol da estabilidade familiar abdicou de lecionar a arte musical. Devido ao sistema de colocação de professores no ensino oficial que o integrou no Algarve, acabou por desistir do ensino e procurou outras alternativas profissionais. Hoje, divide o seu tempo entre a agricultura e a sua atividade de maestro.

De onde surge a paixão da música?

É uma pergunta complicada... Desde pequeno que comecei a estudar música. Depois tomei-lhe um gosto especial e pessoal, que se foi desenvolvendo ao longo dos anos, e acabei mesmo por seguir essa via. O meu pai é músico amador, mas nada que tenha tido alguma influência na minha carreira como músico.

Hoje em dia, já não leciono nas escolas devido ao sistema complexo de colocação dos professores. Agora, estou repartido entre as aulas da Banda e o trabalho na minha quinta, no Ladoeiro.

Agricultura?

Sim, vou produzindo alguns produtos hortícolas para consumo e também para vender, claro. Mas isto da agricultura não está fácil, vai dando para viver.

Projetos que coordena ou está envolvido em Idanha-a-Nova?

Particpei em vários projetos, um dos mais relevantes o “A Toque do Adufe”, desenvolvido pela câmara de Idanha. Sempre que o município procura os meus serviços, estou disponível para colaborar. De momento, tenho também o “Canções de Abril”, um projeto de canções de Zeca Afonso interpretado pela filarmónica, e que conta com as participações especiais de Janita Salomé, Ruca e Manuel Ascensão. Vamos ter vários concertos pelo país.

Consegue-se sobreviver como músico neste território? E que futuro têm os jovens nesta área?

Não é fácil sobreviver da música. No entanto, a participação dos jovens em atividades musicais pode ajudá-los no seu desenvolvimento pessoal e a atingir outros voos. Temos um rapaz que começou aqui, hoje está na Escola Supe-

rior de Artes Aplicadas de Castelo Branco, e deverá ser um belo clarinetista a nível nacional. A banda pode ser uma rampa de lançamento para se prosseguir numa via profissionalizante da música, que é uma área bastante elitista. Mas creio que, para uma carreira de sucesso, terá de ser fora deste território. Já por aqui passaram muitos jovens, que acabam por sair para ir estudar e que prosseguem as suas carreiras lá fora. São muito poucos os que regressam.

É difícil mobilizar as pessoas e jovens a participar em atividades ligadas à música?

Já foi mais difícil. Na atualidade, neste projeto da banda temos um quadro de 50 músicos, cerca de 95% abaixo dos 25 anos. Na escolinha de música temos perto 40 crianças, cuja faixa etária se situa entre os 8 e os 12 anos.

O território de Idanha é despovoado, mas, ainda assim, temos muitos jovens a participar neste projeto. Já tivemos crianças de Zebreira, Monsanto, mas agora estamos só a trabalhar com as freguesias mais perto da vila. Contudo, tem de haver um trabalho intensivo de motivação das crianças e garantir todas as condições. Já não é como antigamente, que os pais obrigavam-nos a ir às aulas... O “passa palavra” tem sido uma ótima forma de trazer novos jovens. Como os que cá estão gostam, acabam por trazer sempre mais algum amigo.

Será o maestro a causa da grande adesão?

Eu acho que eles não vêm só por mim. Acho que o espírito de grupo é muito bom. E há regras rígidas! O maestro manda, pelo menos quando estamos em palco. Mas, de resto, eles andam super à vontade, somos livres. É uma ditadura muito participada.

A crise também se faz se sentir na música?

A crise faz-se sentir logo na música, ainda não entrou a crise e já há crise na música. Normalmente, as atividades culturais levam sempre o primeiro corte, por isso, quando há cortes na parte cultural, já sabemos que vem aí coisa grave. A música é de elites, algo diferente do futebol, mas agora já

está mais democrática. De qualquer maneira, já demonstrei muitas vezes que é mais caro manter uma banda filarmónica sem falar em orquestras do que uma equipa de futebol, porque o nosso instrumento de trabalho custa mais que uma bola, o nosso fardamento custa mais dinheiro que um equipamento desportivo. É claro que os jogadores ganham ordenado, e os músicos não, só por aí é que nós perdemos.

Mas defendendo os meus gostos, acho mais giro os miúdos tocarem instrumentos musicais, do que jogarem à bola (risos).

Sente que a crise tem influência na participação dos jovens nestas atividades?

Não. O nosso trabalho sempre tem seguido uma linha de orientação coerente, que dá os seus frutos na formação musical e pessoal de crianças e jovens. Como a autarquia vê que nós trabalhamos bem, dentro das suas possibilidades, dá sempre o seu apoio.

Os alunos pagam para frequentarem a banda?

Não. E ainda recebem instrumentos, fardamentos, têm formação musical. Quanto muito, os pais podem ser sócios da banda filarmónica mediante o pagamento de uma cota anual de 6 euros. Além disso, a banda disponibiliza transporte, instrumentos, consumíveis, palhetas, papéis, lápis, etc... As bandas filarmónicas são os conservatórios do povo, porque, enquanto nos conservatórios oficiais as propinas são caras, as bandas em Portugal sempre garantiram o ensino a custo zero.

Tem recebido feedback positivo do seu trabalho?

Sim, muito positivo, porque nós temos trabalhado em várias vertentes e conseguimos ser criativos em atividades que dinamizamos com as juntas de freguesias. Ainda se nota um pouco a falta de educação cultural neste território. As pessoas nem sempre conseguem respeitar a música e quem vai tocar, porque nunca foram educadas nesse sentido. Tento sempre transmitir um pouco dessa educação... E pouco a pouco chega-se lá. ■





TEM A PALAVRA

Presidente da Junta de Freguesia de Lardosa
José Dâmaso, 48 anos

O pai serviu-lhe de inspiração para abraçar o sonho de trabalhar a pasta dos destinos da freguesia. Há mais de uma década, o progenitor esteve ligado ao mundo autárquico e, mesmo desencorajando o filho a trilhar esse rumo, ajudou no despertar do bichinho. “As coisas não são tão fáceis como parecem”, sempre lhe dizia. A morte prematura do pai aliciou ainda mais José Dâmaso a perseguir esse objetivo, em jeito de homenagem e por uma apatia latente na Lardosa que em muito o descontentava. Reuniu uma equipa com pessoal do seu tempo, fez a lista e concorreu. O seu coletivo ganhou. Com maioria absoluta, coisa nunca antes vista na freguesia, que sempre elegeu os seus presidentes com diferenças de meia dúzia de votos. Segunda eleição, nova maioria.

“Se as pessoas voltaram a apostar em nós, é sinal de que estão a gostar do trabalho que está a ser desenvolvido”, conclui o também funcionário da CP de Castelo Branco.

“GOSTAVA DE
UNIR TODOS OS
AGRICULTORES
E CERTIFICAR A MARCA
FEIJÃO FRADE
DA LARDOSA”

Que dizem os últimos censos da Lardosa?

Eu estava convencido de que a Lardosa iria conseguir aumentar a sua população, tal como aconteceu nos Censos de 2001, que chegou perto dos 1300 habitantes, mas registámos um decréscimo de quase 200 pessoas. Todavia, aumentou em número de fogos habitacionais. O que se passa é que na Lardosa mora muita gente que não está aqui recenseada e que não dá como primeira habitação a casa onde habitam na freguesia. Mas fiquei dececionado em perder tantos habitantes. O problema é que, como em todas as outras freguesias rurais, temos muita população idosa. Os nascimentos e as pessoas que vão para cá morar não acompanham o número de óbitos.

A Lardosa está destinada a ser um dormitório da cidade de Castelo Branco ou tem capacidade de fixar pessoas pela própria criação de riqueza?

Nós queremos a segunda hipótese. Mas a Junta, em si, não tem capacidade para criar essas condições. Ainda agora temos um senhor que comprou 43 hectares de terra totalmente destinados à plantação de pomares. É claro que tentamos apoiar em tudo o que pudermos, sobretudo no que concerne a acessibilidades e caminhos, e ser um elo facilitador entre o agricultor e a população local. É um negócio que vai criar emprego, vai ajudar a nossa economia local

e, portanto, ajudamos no que estiver ao nosso alcance. A nível económico, temos também a Scutvias que emprega, creio, 70 a 80 pessoas. Temos o Lar com 32 senhoras fixas a trabalhar. Temos a própria Junta com cinco ou seis funcionários. Temos restaurantes, temos oficinas. Portanto, temos alguma economia. É evidente que eu gostaria de atrair alguma indústria para a Lardosa, mas isso torna-se difícil com a dimensão da zona industrial de Castelo Branco aqui tão perto.

A nível de turismo, vê oportunidades na freguesia?

Está a ser feito, no momento, todo o levantamento cultural e turístico da freguesia, porque a Lardosa não tem um livro e esse é um dos meus projetos eleitorais. Descobrimos que a Lardosa tem foral de 1223, é uma das freguesias mais antigas aqui da Beira. E há muitos vestígios da passagem de várias civilizações. Mas praticamente perdeu-se tudo, o património sempre foi muito mal tratado pelos nossos antecessores. Além disso, agora estamos a desenvolver um projeto com a Câmara Municipal, já adquirimos os imóveis, para a construção de uma Casa Museu, que inclui a reconversão de uma taberna típica. Ao lado, vai ser feito um Museu de ofícios tradicionais da freguesia. Também há pouco tempo, adquirimos e reconstruímos um forno comunitário, todo em cantaria, e que tem servido para a Festa dos Cascoréis e para a Feira do feijão frade, na confeção de pão e bolos.

De que forma acha que os territórios rurais podem ser uma alavanca na superação da tão propalada crise?

Existem umas termas, excelentes no tratamento de problemas ósseos. Houve um interessado em avançar, mas acabou por abandonar o projeto, porque as termas estão situadas no limite entre o concelho de Castelo Branco e do Fundão e nunca se chegou a saber a que zona pertenciam realmente. Uma outra perspetiva com futuro seria os agricultores serem um pouco mais ambiciosos e verem o feijão frade como verdadeira oportunidade de negócio. Importa que eles valorizem o produto, que o encarem como um produto de excelente qualidade, que vale a pena colocar no mercado. Da nossa parte, passaria por certificar a marca de feijão frade da Lardosa e pensar uma possível confraria. Aos poucos, a mentalidade tem-se vindo a alterar. Com a entrada da feira começam a produzir para a própria venda no certame e começaram a perceber que o produto saía bem. Gostava de unir todos os agricultores. Evidentemente que vai dar trabalho e o feijão frade tem o handicap da mão

de obra para a apanha. É duro andar todo o dia com o nariz nos pés para apanhá-lo. Não se consegue gente que o faça. E, com o abandono dos campos, cada um vale-se por si e tenta arranjar-se como pode. Mas, para um projeto desta dimensão, temos de contar com a disponibilidade de todos. E nós tentamos uni-los de todas as formas que nos são possíveis. No primeiro ano de realização da feira, demos a todos os produtores que participaram um subsídio de ajuda. Nos restantes anos, temos comprado, logo à partida, uma saca de 100 kg de feijão frade de cara verde, o nosso tradicional, a cada produtor ao preço de venda na feira. É um incentivo que lhes damos a participarem.

Diz-me que há falta de mão de obra... Então porque é que anda tanta gente a queixar-se de falta de emprego?

Compensa mais receber dos Centros de Emprego, mesmo sendo o salário mínimo, do que andar todo o dia no trabalho duro. Veja, pagam, salvo erro, 25 ou 30 euros ao dia na apanha do feijão. No fim do mês, recebem cerca de 600 euros. Ora, andar um mês todo no campo com trabalho duríssimo por mais uns euros daquilo que recebem se estiverem quietinhos a receber do Fundo de Desemprego... Já há algum tempo, falei com um dos agricultores para lançar um desafio à Escola Agrária de Castelo Branco para fazerem umas aulas ao ar livre e trazerem os estudantes para ajudarem na apanha. Estabelecia-se um intercâmbio interessante com os agricultores e levavam algum feijão com eles. Não sei até que ponto seria uma ideia viável...

Se tivesse de fazer um balanço, qual seria o projeto que desenvolveu que considera um ex-libris da sua passagem pela freguesia?

A Feira do feijão frade. Foi o maior projeto da Lardosa e voltou a colocar a freguesia nas bocas do povo, nos jornais, na televisão, nas rádios... Esse era afinal o nosso grande objetivo, o de dar maior visibilidade ao produto. O feijão frade já é conhecido a nível nacional há muitos anos, até é comercializado mais caro do que qualquer outro feijão. Mas queríamos mais. Agarrámos no tema, como forma de ajudar os agricultores que estavam muito desleixados e desesperançados, e simultaneamente voltámos a colocar a Lardosa no mapa, numa interação com todos os cidadãos, naturais, residentes, gente de freguesias vizinhas e de outros recantos do país. ■



GRANDE TEMA

OS TERRITÓRIOS RURAIS E A

Neste imenso mar o futuro!

Neste Portugal deserto está o trabalho/emprego que nos podia enriquecer.

Neste Portugal amontoado está o desemprego que nos endivida.

Espanha

CRISE...

PARA ULTRAPASSAR A CRISE: OS TERRITÓRIOS RURAIS SÃO INDISPENSÁVEIS

Finalmente parece que se está começando a compreender que, entre o rural e o urbano, não há nem pode haver espaços de primeira e espaços de segunda; que a ideia de que é no espaço urbano que mora a inteligência e a cultura, o progresso e futuro, a riqueza duma nação, por oposição à ignorância e ao atavismo dos rustres rurais, é, no mínimo, um disparate!

Os caminhos da moderna mobilidade, as autoestradas físicas e virtuais dos contemporâneos meios de comunicação, tudo alteraram, quer para mudar as mentalidades, tornando-as mais ricas e conscientes do seu valor na sociedade, quer para estimular o despovoamento. É verdade, os rurais são muito menos hoje que ontem, mas, os que ficaram, ou que ficarem, dada a sua extrema importância para a nossa sobrevivência coletiva... esses, estão condenados a serem tão indispensáveis e importantes como os urbanos!

O regresso a políticas públicas que favoreçam quem garante alimentação saudável à Humanidade, pela força das coisas, tenderá a verificar-se. O tempo das “borboletas ébrias” da alta previsibilidade e segurança na rentabilidade do primado industrial, como carro chefe do progresso da Humanidade, terá de ser moderado, sob pena de implosões generalizadas no formigueiro Humano, de consequências imprevisíveis.

A Ideia de que *“quanto mais gente trabalhar nos campos, maior é o atraso...”* acabará por ser relativizada, quanto mais não seja, porque disso depende a Paz entre os Homens e a salvaguarda da vida neste planeta.

Certos da nossa responsabilidade como conservadores de VIDA, ao conservar cada um de nós o seu território, o pedaço do Planeta que nos confiaram, cá pela BIS, o nosso exemplo demonstrará que também somos seres inteligentes, cultos e dotados da autoestima necessária à organização do nosso futuro. ■

É POSSÍVEL VIVER NA TERRA E DA TERRA

Alberto Melo¹

A Revista VIVER organizou no dia 20 de janeiro de 2012 uma sessão de reflexão com entidades e individualidades ligadas à vida rural e particularmente empenhadas no desenvolvimento dos quatro Concelhos que integram a Beira Interior Sul (BIS). Pretendia-se, fundamentalmente, suscitar contributos sobre o papel que o mundo rural em geral e, especificamente, este território, podem desempenhar hoje em dia como espaço de resistência e de superação da tão badalada “crise económica e financeira”.

Neste sentido, a Revista VIVER solicitou a Alberto Melo um curto documento de introdução ao debate, que abaixo se transcreve e que foi previamente distribuído a todos os participantes:

1. Portugal foi dos países ocidentais que melhor resistiu à Grande Depressão que se seguiu ao crash da bolsa americana em 1929. E Portugal foi igualmente um país onde (contrariamente à França) a inserção dos que deixaram as antigas colónias se processou de forma bastante positiva. As sociedades rurais tiveram em ambos os casos um papel muito importante como “amortecedores” sociais e económicos destas situações críticas, constituindo espaços de acolhimento e de integração e, em simultâneo, “apólices de seguro” contra a fome e a pobreza extrema.

¹ Docente aposentado da Universidade do Algarve e cofundador e antigo Presidente da Direção da associação de desenvolvimento local, “In Loco”, com intervenção na Serra do Caldeirão desde finais de 1985.

2. Atualmente, perante as políticas impostas pela finança globalizada aos autoenfraquecidos governos, a perspetiva é de um empobrecimento significativo da grande maioria das populações e durante um largo período de tempo (“não menos de 10 anos...”, segundo Angela Merkel). De facto, da austeridade a que estão condenados os países da periferia europeia e daquela que se prevê, a curto prazo, para os demais países da euro-zona, não poderá resultar senão a estagnação e o declínio da atividade económica. Qualquer economista sabe que a atividade económica exige investimentos, quer públicos, quer privados. Se os últimos faltam, cabe ao Estado intervir “em contraciclo”, injetando capital e moeda na sociedade, para fomentar o emprego, as transações e garantir assim um ritmo sustentado da vida económica e um nível razoável de satisfação das necessidades coletivas e individuais.
3. A fórmula atualmente adotada, que só convém aos eroneamente chamados “mercados financeiros”² e em detrimento de mais de 90% da população, conduzirá a uma das mais graves crises sociais e económicas dos últimos cem anos. Isto, claro está, se não for oportunamente corrigida e invertida. A crise que se prevê vai reduzir em muito a massa monetária disponível no nosso país, quer através de um aumento brutal do desemprego, quer pelas reduções salariais que se anunciam, quer ainda pelos cortes na despesa pública, nomeadamente em obras de interesse geral e nos subsídios sociais. Iremos assistir a uma subida dramática de necessidades humanas por satisfazer, em paralelo com um stock crescente de recursos disponíveis mas inaproveitáveis (por falta de dinheiro que os possa mobilizar).
4. Dentro deste contexto mais que preocupante, poderá uma vez mais o mundo rural fornecer um contributo determinante para reduzir os impactos da crise e para criar até alguns vislumbres da sua superação? Há que dizer que o mundo rural de hoje, em Portugal, é já bem diferente do que foi nos anos 30 e até do que existia na década de 70. Foi entretanto dizimado por políticas de concentração dos investimentos nas áreas de maior rentabilidade económica e financeira (pelo menos, à luz dos critérios reducionistas da economia neoliberal, que varre para debaixo do tapete os efeitos sociais e ambientais negativos dessas políticas, apelidando-os de “externalidades”).
5. Apesar de tudo, as características do mundo rural - pelo menos nos territórios onde ainda não foi substituído pela agricultura petroquímica, a pecuária intensiva ou a florestação de crescimento rápido - podem ainda fazer deste segmento vital do país, por um lado, uma reserva de resistência ao empobrecimento e, por outro, de experimentação de germens de uma nova economia, que assente nas reais necessidades das pessoas e não nas exigências impostas pelos potentados financeiros de lucros em constante maximização.
6. Para que Portugal reduza a tendência de endividamento em que se afundou, deverá em primeiro lugar baixar as suas importações. Nestas, uma parte significativa tem a ver com a alimentação, através de produtos frescos ou

transformados. Teremos, pois, que gizar um plano de substituição das importações no campo alimentar, tomando medidas que fomentem a reutilização dos terrenos aráveis que foram entretanto abandonados.

7. Neste aspeto, parece hoje evidente que não será do nível central - quer de Lisboa, quer de Bruxelas (ou Berlim) - que surgirão as medidas necessárias à superação da crise de empobrecimento que nos prometem. A “localização” das iniciativas e dos programas está, portanto, na ordem do dia. Torna-se necessário que os diferentes territórios elaborem os seus planos locais de desenvolvimento social e económico, recenseando necessidades, identificando recursos, organizando atividades e inventando soluções. Por exemplo, em muitos países submersos em graves crises de corte de financiamentos (ainda recentemente na Argentina), as localidades mais atingidas criaram “moeda local”, complementar, a fim de poderem articular oferta e procura de bens e serviços essenciais, sem recurso ao dinheiro “global” (cada vez mais caro e inacessível) que se encontra na posse do sistema bancário.
8. Nas localidades que adotem estratégias de combate ao empobrecimento desta natureza, será sem dúvida possível organizar programas de instalação de populações urbanas em situação difícil ou insustentável, oferecendo-lhes condições de alojamento e de subsistência e reforçando assim ao mesmo tempo o respetivo tecido social, laboral e empresarial.

No início do debate³, foi ainda sublinhada a origem rural das grandes inovações que “mudaram a face do mundo”, desde a estrutura e maneio da vela da caravela (resultantes do profundo conhecimento das velas de moinhos de vento) às primeiras utilizações industriais da força motriz da água ou do vapor. Ficou igualmente demonstrado que os países hoje mais desenvolvidos são precisamente aqueles que começaram por investir, através de redistribuição de terras e de educação-formação de adultos, numa agricultura dinâmica e inovadora. A História oferece-nos sem dúvida exemplos inspiradores que nos permitem crer que hoje ainda é possível olhar para o mundo rural como um espaço privilegiado de invenções e experimentações capazes de colocar as sociedades numa nova via de desenvolvimento justo, inteligente e sustentável.

É um facto que muitas das áreas rurais portuguesas, particularmente as que se localizam no interior, sofrem de um forte despovoamento e de um relativo abandono. Uma condição para que se inicie uma dinâmica de desenvolvimento será pois a instalação permanente de nova população e, igualmente, um maior influxo de visitantes. No primeiro caso, atraindo famílias ainda relativamente jovens, com qualificações e experiência profissional, para introduzir novas atividades geradoras de riqueza nos territórios; e, além disso, os seus filhos irão assegurar a manutenção das escolas locais e inverter a tendência de envelhecimento demográfico. As zonas rurais de interior e, mais especificamente, a Beira Interior Sul no seu conjunto, têm condições de qualidade de vida e de ambiente suscetíveis de atrair pessoas e famílias de

² São antes a expressão de um cartel especulador representando uma verdadeira “oligarquia financeira”.

³ O presente artigo, embora da responsabilidade direta de Alberto Melo e Camilo Mortágua, contém valiosos contributos oferecidos pelos participantes durante o Encontro de 20 de janeiro, cuja autoria, porém, não é possível identificar neste artigo.

meios urbanos, já desiludidas da cidade, quer pela falta de ofertas de emprego, quer pela poluição ou pela criminalidade. Para isso, as autarquias em meio rural deverão criar, oferecer e publicitar um conjunto de facilidades, que vão desde estímulos à atividade empresarial até à disponibilidade de alojamento de boa qualidade (nomeadamente, através do restauro de casas abandonadas) e de terrenos aráveis a custos razoáveis (graças, por exemplo, à criação de “bancos municipais de solos) ou ainda à oferta de bons equipamentos sociais, culturais, desportivos – como os que já existem.

Por outro lado, os reformados, incluindo os mais idosos e menos autónomos, constituem um outro setor da população que pode ser também atraído para o interior rural em virtude de uma rede de equipamentos de saúde, de lazer e de habitação vocacionados para lhes proporcionar uma velhice ativa e confortável: lares instalados em locais aprazíveis ou até habitações, quintas ou aldeias especificamente restauradas para receber estas pessoas e lhes proporcionar um quadro de vida ativo e agradável. A fixação de cidadãos seniores, em grande número, nos territórios do interior rural, para além do emprego especializado que vai gerar, contribuirá ainda para o aumento dos visitantes, pois as famílias não deixarão de os contactar presencialmente com alguma regularidade.

Para além da instalação definitiva de novos setores populacionais, o influxo de base temporária, tendo embora um impacto menos intenso e permanente, desempenha igualmente um papel deveras positivo para o desenvolvimento das áreas rurais. De facto, para os produtos locais de pequena escala, que enfrentam uma enorme dificuldade em atingir os grandes mercados, a via mais económica para o seu escoamento é sem dúvida a sua venda direta a consumidores que circulem pelo território: “exportar a produção no estômago do turista”, como por vezes se diz. No entanto, não é uma só aldeia, como não é um único produto ou um artesão isolado, que conseguem suscitar um nível significativo de procura. Uma zona rural deverá ganhar um grau elevado de escala e de diversidade para poder apostar em seguida numa campanha de “marketing territorial” capaz de convencer o potencial visitante de que, durante uma estada de fim de semana, de uma semana ou de um mês, encontrará, para si ou para toda a família, um conjunto único e apetecível de atividades, de estruturas, de artefactos e de especialidades. É, pois, essencial elaborar e divulgar um abrangente e coerente plano de comunicação voltado para o exterior, focado nos diferentes círculos concêntricos (o distrito, a região, o país, a Europa, o resto do mundo) e assegurando espaços de visibilidade nestas dimensões, desde a área de serviço na autoestrada à feira de turismo ou de agricultura, nacional ou internacional. Para além de uma promoção virada para o público em geral, é da maior importância visar igualmente as redes especializadas de instituições e organizações que, nos diferentes países, pretendem dar a conhecer e apoiar as comunidades rurais e promover o “contacto direto com a Natureza”.

Uma regra fundamental, no que se refere ao desenvolvimento rural, é que qualquer território só será atrativo para o exterior se for, internamente, um espaço vivo, possuidor de uma grande diversidade de ofertas e capaz de proporcionar elevada qualidade de vida aos seus próprios habitantes. O espaço rural que seja simples museu de uma comunidade e de uma paisagem do passado não terá sucesso



em conquistar e em assegurar duradouramente um fluxo significativo de visitantes.

Neste sentido, a questão essencial é desde logo a de viabilizar e valorizar todo o território, revitalizando certas atividades, conservando outras, inventando as restantes. Num território rural, hoje em dia, a atividade agrícola não deverá ser a única, nem será por vezes o elemento estratégico, mas terá de afirmar-se sempre como uma dimensão indispensável; entre outras funções, como base material para a emergência de outras atividades produtivas, nomeadamente fileiras de transformação de matérias-primas endógenas, como garantia de subsistência e fator de redução de custos para os produtores locais, como atividade “escultora” de uma paisagem harmoniosa e humanizada.

Constata-se, no entanto, que “o setor alimentar não é viável, porque os grandes distribuidores não deixam”. Que soluções procurar? Através de agrupamentos de produtores capazes de negociar com a grande distribuição numa posição mais favorável? Ou virando costas às redes de hipermercados e organizando circuitos curtos de ligação entre produtores e consumidores, numa base de venda direta e entrega a domicílio? Considera-se que 30 famílias poderão manter um produtor, desde que haja, por um lado, um esforço deste na entrega regular dos produtos e, por outro, uma encomenda prévia e uma antecipação de pagamento por parte dos consumidores.

A fim de integrar este tipo de iniciativas e de muitas outras, como elementos de revitalização social e económica, torna-se necessário debater e definir uma estratégia para o território da Beira Interior Sul com a participação, real e regular, do conjunto das suas populações. Nesse sentido, se defendeu no encontro de 20 de janeiro o lançamento de “fóruns locais de cidadãos”, que permitam um debate construtivo entre decisores políticos, técnicos e os demais residentes e que conduzam a deliberações sobre prioridades, medidas, experiências piloto e estruturas embrionárias de concertação territorial. Assim se poderia elaborar, gradualmente mas sem perdas de tempo, um “Pacto Territorial de Revitalização”, como plano coerente e adequado para o desenvolvimento rural, integrado e sustentável, da Beira Interior Sul. “Irreverência social, precisa-se!”, como foi também afirmado nesta animada e criativa reunião. ■

O QUE SE FOI DIZENDO...

“Eu tenho a impressão de que não é o dinheiro que vai vencer a crise. A crise não é de dinheiro, a crise é de ideias. E o problema não é português. Portugal padece das mesmas doenças do resto do mundo. Com ou menos gravidade, aí reside a diferença”.

“Há coisas que são realmente evidentes. Ainda agora na entrada desta casa, vi uma árvore carregada de frutos que não são aproveitados. E entretanto vamos importar frutos iguais ou piores do que os daquela árvore, vamos comprá-los ao estrangeiro sem dinheiro para os pagar. E a situação em que estamos deve-se muito a estas pequeninas coisas”.

“Estou convencido de que enquanto não encontrarmos solução para os dois terços deste país, que correspondem às áreas rurais, que foram abandonadas e onde a economia está depauperada, não vamos encontrar solução para o país”.

“O que me choca profundamente em Portugal é olhar para os campos e vê-los abandonados. Basta fazer a viagem do Algarve até aqui, sempre pelo interior, e é triste vermos tanto potencial desaproveitado. Essa é a nossa maior crise, bem maior que a financeira em que nos enterraram atualmente”.

“Muitas das coisas que hoje se dizem e que se leem enfermam de muita ideologia e de falta de conhecimento. Infelizmente, hoje em dia, cada vez mais o especialista é aquele que sabe tudo sobre muito pouco, e não sabe nada sobre o resto. Inclusivamente, os próprios economistas esqueceram-se de como nasceu a economia e do que foi a evolução da própria economia, e estão mergulhados num catecismo de repetição de frases cada vez com menos sentido, esquecendo quem inventou a disciplina “Economia” e de quem começou a pensar de modo mais científico sobre a atividade económica no século XVIII, com as escolas dos fisiocratas, para quem a terra era a fonte da riqueza, era a fonte de toda a economia”.

“As calças de duas pernas são economia, as calças de uma perna só são finança. Nós hoje estamos estrangulados pelo sistema de calças de uma perna só, apenas com valor de troca. São efetivamente símbolos de compra e venda, mas que não têm qualquer valor de uso. O fundamental para a vida de todos nós, para a prosperidade e nosso bem-estar é encontrarmos recursos com valor de uso, que satisfaçam necessidades. O valor de troca é uma mera abstração, e estamos todos preocupados com o custo e preço, que são valores de troca, quando o fundamental é dar valor de uso aos recursos

que estão ao nosso dispor para satisfazer as nossas necessidades. Eu creio que a atividade produtiva no mundo rural é, tem sido e deverá continuar a ser uma fonte de lições sobre a realidade da produção, sobre a realidade da satisfação de necessidades, sobre a realidade da economia”.

“Portugal teve inúmeros políticos que viraram costas ao mundo rural, que entenderam que para sermos um parceiro bem reconhecido e considerado na União Europeia tínhamo-nos de mostrar o menos provincianos possível e muito urbanos. Daí resultaram políticas e estratégias que não se identificavam rigorosamente nada com o país, a ponto de nos perguntarmos se seriam mesmo para aplicar em Portugal ou na Suíça”.

“Eu creio que a história também nos mostra que, em períodos de crise, normalmente, as sociedades voltam-se para o campo e procuram aí um certo amortecedor de crise, porque mal ou bem no campo não se morre de fome. Quando nas cidades, as pessoas não têm maneira de sobreviver, porque a cidade é um meio dominado pela moeda, pelo dinheiro e pela transação, na falta disso, as pessoas viram-se para o campo com a possibilidade de encontrarem um seguro contra a fome, contra a carência absoluta”.





“O campo tem potencial enorme na área da inovação. Vejam como a Dinamarca, que sempre foi até ao início do século XIX um dos países mais pobres da Europa, efetuou uma reforma agrária muito positiva, apostando fortemente na formação dos agricultores, na educação dos trabalhadores rurais para os formar como novos empresários rurais, e se lançou na prosperidade e no desenvolvimento que hoje conhecemos. Hoje é um dos países cimeiros a nível de desenvolvimento económico e de PIB per capita. Tudo, porque apostou em soluções inovadoras, tecnologicamente assentes e sólidas em experimentação, desenvolvendo fileiras de produção nos recursos existentes (areia, vidro, porco, madeira) sempre assentes em alta qualidade, tecnologia e design. Penso que o nosso caminho deve passar muito também por aqui: tradição aliada com modernidade”.

“Um território que se quer defender, mas que também quer lançar bases para o seu futuro, terá de ser um território que saiba organizar-se e planejar o seu presente e o seu futuro. E isto faz-se na base de parcerias, na base de encontros como o que temos aqui hoje, de contactos, de estabelecimento de redes. Só assim se pode desenvolver uma visão relativamente consensual de como vamos intervir e trabalhar no nosso território de forma a promover a prosperidade e o bem-estar das pessoas e do território”.

“Inscreveram-se há dias japoneses em Idanha-a-Nova para produzirem nas nossas terras. Perguntei-lhes por curiosidade o que pretendiam fazer. E obtive um conhecimento que nunca me passou pela cabeça. Eles estão disponíveis para fazerem agricultura biológica baseada nas hortícolas sem qualquer recurso a fertilizantes

(nem químicos, nem minerais, nem orgânicos). E eles explicaram: «aquilo que valorizamos é a multiplicação da vida microbiana. Portanto, quanto mais vida houver nos primeiros 10 cm, que é aí que se desenvolve toda a atividade agrícola, maiores porções nós obtemos». Ou seja, em vez de darem descanso à terra, através de pousios, enterrando toda a vida microbiana, eles entendem que a cultura nunca pode desaparecer da terra. Tem de haver sempre cultura ativa e rotativa da terra”.

“Outra ideia completamente inovadora que os japoneses pretendem implementar em Idanha assenta em criar associações, não de produtores, mas sim associações de consumidores. Se nós garantirmos colocar o nosso produto mais barato nessas associações de consumidores do que eles vão encontrar nas grandes superfícies, eles certamente vão aceitar de bom grado comprar o nosso. Bastam 30 famílias para manter um agricultor, essas famílias organizam-se, consomem muito mais barato porque é o produtor que leva o produto diretamente. E assim o produtor consegue vender mais caro e as famílias comprar mais barato e com a vantagem de o fazerem com a antecipação de pagamento”.

“Para mim, a ponta da meada que nos permite livrar deste nó cego é que os preços dos produtos alimentares têm que ir para valores que permitam vida digna a quem os produz. Se quem trabalha na agricultura puder ter o mesmo nível de vida que tem o bancário, toda a gente vai querer ir trabalhar na agricultura, se calhar até mais do que no banco, pois respira melhor ar. Agora, enquanto o homem do banco tem carro, tem férias, tem segurança social, tem gravata e o homem que anda lá

a trabalhar na terra não tem nada disso, como podem querer que alguém queira ir para a agricultura?”

“Este encontro bem representativo das instituições da nossa região levou-me, desde já, a pensar numa proposta: da nossa ramificação da revista VIVER em braços, tipo árvore, para passarmos aos fóruns no nosso território - fóruns de cidadania/cidadania de proximidade”.

“Há a expectativa de que a democracia resolva tudo. Não resolve. Há três perversidades que impedem. Uma é o facto de dois terços do território estarem representados apenas por 5%, ou pouco mais, em termos políticos. Outra limitação deriva dos consumidores. Ora, os consumidores são eleitores. A nuvem de consumidores foi atrás de ânsia de mar, a mancha de consumidores está no litoral. Em relação à produção, a nossa visão tem de deixar a agricultura isolada e passar a pensar em mundo rural e território. Os serviços, os produtos culturais, a economia social, todos estes vetores têm de ser levados em conta”.

“Para mim, um conceito importante é o de Escola de Trabalho. Todas as escolas deviam ser baseadas no trabalho e na produção, e não apenas no livro. E, realmente, o espaço rural facilita e disponibiliza possibilidades de criar estabelecimentos deste tipo, onde se possa fazer uma produção real, até com venda de alguns dos produtos, de forma a ajudar a financiar o próprio empreendimento educativo, e onde certamente os jovens que não aderem espontaneamente a uma escola mais académica e livresca, abraçarão e conseguirão bons resultados educativos e formativos, através de uma experiência deste tipo”.

“Uma experiência que resultou com o programa EQUAL na zona de Setúbal e que entretanto se tem vindo a alargar a outros pontos do país é o chamado projeto PROVE. O PROVE faz uma ligação direta entre produtores e consumidores de produtos frescos locais. Atualmente, no Algarve é a associação In Loco que está a animar esta rede e que abrange já quatro concelhos. É uma coisa muito informal, não passa sequer por uma associação de consumidores, passa por uma inscrição de consumidores relativamente ao cesto semanal de produtos. Há dois cestos, um mais pequeno de 10 euros e um maior de 15, o consumidor vem procurar o cesto a determinados locais pré-estabelecidos, a própria sede da associação é um local de distribuição dos cestos, em que o cesto é definido pelo produtor ou produtores, que é encomendado e pago antecipadamente e só depois o consumidor vem buscá-lo. É um projeto que está a crescer efetivamente na zona, de tal forma que há pelo menos um produtor que antigamente ia vender a feiras e mercados e atualmente já nem tem produto para ir a essas feiras e mercados, porque fica o produto todo escoado através destes cestos, o que lhe dá uma grande estabilidade na produção”.

“Outro problema é o da escala. Se, com sete hectares, a exploração é viável, devemos ficar por aí. Se para crescer temos de andar a recorrer a subsídios, a créditos e a bancos e a endividarmo-nos, não vale a pena. Nem sempre a ideia do mais é melhor, do maior é melhor, devemos optar pelo economicamente viável”.

“Às vezes temos de saber dar diferentes usos ao mesmo produto. Em Inglaterra, encontrei azeite numa farmácia para fins medicinais e não para efeitos culinários. No sul de França, há empresas que trabalham o azeite como produto de cosmética. O azeite é um produto com uma grande fileira ainda por explorar, com mais-valias e valor acrescentado superior ao que lhe é dado na atualidade em Portugal. E o mesmo acontece com outros produtos”.

“Ver a agricultura como forma de sustentabilidade começa pela educação e, desde logo, das crianças. Nenhum dos nossos filhos é educado

para ser agricultor. Nunca se ouviu na escola um «Quando tu fores agricultor...», mas sim «Quando fores advogado, engenheiro, banqueiro...». Depois nos jovens, deve encarar-se como formação e transmissão de conhecimentos. Hoje em dia, a agricultura não está na moda e nenhum deles ouviu os pais ou os avós falar disso. Houve aqui uma interrupção na passagem deste conhecimento de pais para filhos nestas últimas gerações. Por fim, nos adultos, deve ver-se como reconversão, como forma de valorizar esta área de trabalho”.

“Se calhar, estamos todos aqui a falar de uma coisa que a nível nacional não é reconhecida. A Agência Nacional para a Qualificação, no final do ano passado, estabeleceu áreas prioritárias para a formação e a agricultura não é uma delas. Não é uma delas aqui nem em lado nenhum. Portanto quem estará ao contrário? Seremos nós ou serão eles?”

“Os agricultores só vão resolver os seus problemas quando efetivamente sentirem que não têm outra solução senão a de unirem-se. Só quando veem que não têm nada é que se resolvem unir, porque enquanto tiverem possibilidade de dizer que o produto deles é melhor do que o do vizinho, não se unem. Isto não é um problema do país, é um problema do mundo. Só por muita necessidade cooperam uns com os outros, porque enquanto vão conseguindo resolver os seus problemas individuais não se unem. Ou com muita formação se consegue ultrapassar este tipo de problemas ou quando não há solução é que partem para esta via. E nós estamos a chegar a este segundo ponto. As hortas de Idanha nasceram assim, de muita vontade e até a perder dinheiro, porque sentimos o problema. Não há outra solução. Fazemos coisas, não ganhamos nada, mas ainda acreditamos que é possível, através da organização, vencer”.

“Outro problema com que nos deparamos, sobretudo aqui nas zonas interiores, é que quem lidera a parte comercial são pessoas que já ultrapassaram as idades normais de correr riscos. Uma pessoa corre riscos até aos 40 anos, a partir dos 40 anos já não quer correr riscos, a pessoa já tem uma certa credibilidade que

quer manter perante a região. Só arisca quem é jovem e não tem nada a perder. Portanto, os nossos comerciantes estão na idade de não querer correr riscos e, portanto, não fazem inovação. É importante importarmos gente nova, criar criatividade para que, de facto, as ideias resultem”.

“No meu entender, já existem associações a mais, de toda e qualquer natureza. Comerciais, sociais, etc, em excesso, a ponto de andarmos todos a fazer o mesmo. Eu faço o desafio. Porque é que algumas destas associações não se juntam e criam apenas uma associação, onde se seleccione um determinado tipo de produtos para que os produtores que estão no mercado o façam com qualidade, com preço e premiá-los na produção, em vez de lhes dar subsídios. A partir do momento em que o produtor se deixe de preocupar com o escoamento da sua produção, estará mais disponível para produzir com maior qualidade e muitos outros produtores nascerão e terão sucesso”.

Entidades presentes:

- Revista VIVER
- ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
- Câmara Municipal de Castelo Branco
- Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- Lar Dona Bárbara Tavares da Silva
- AEPEN - Associação Empresarial de Penamacor
- ACICB - Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão
- Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova
- AFAF - Associação de Formação Ambiental e Florestal
- APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- Associação de Desenvolvimento Amato Lusitano
- Nercab - Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco
- BIORAIA - Associação de Produtores Biológicos da Raia
- ARBI - Associação de Regantes da Beira Interior
- Lourenço & Filhos, Lda
- Rodoliv - Cooperativa de Azeites de Ródão
- APABI - Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior
- Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco
- Quinta dos Trevos

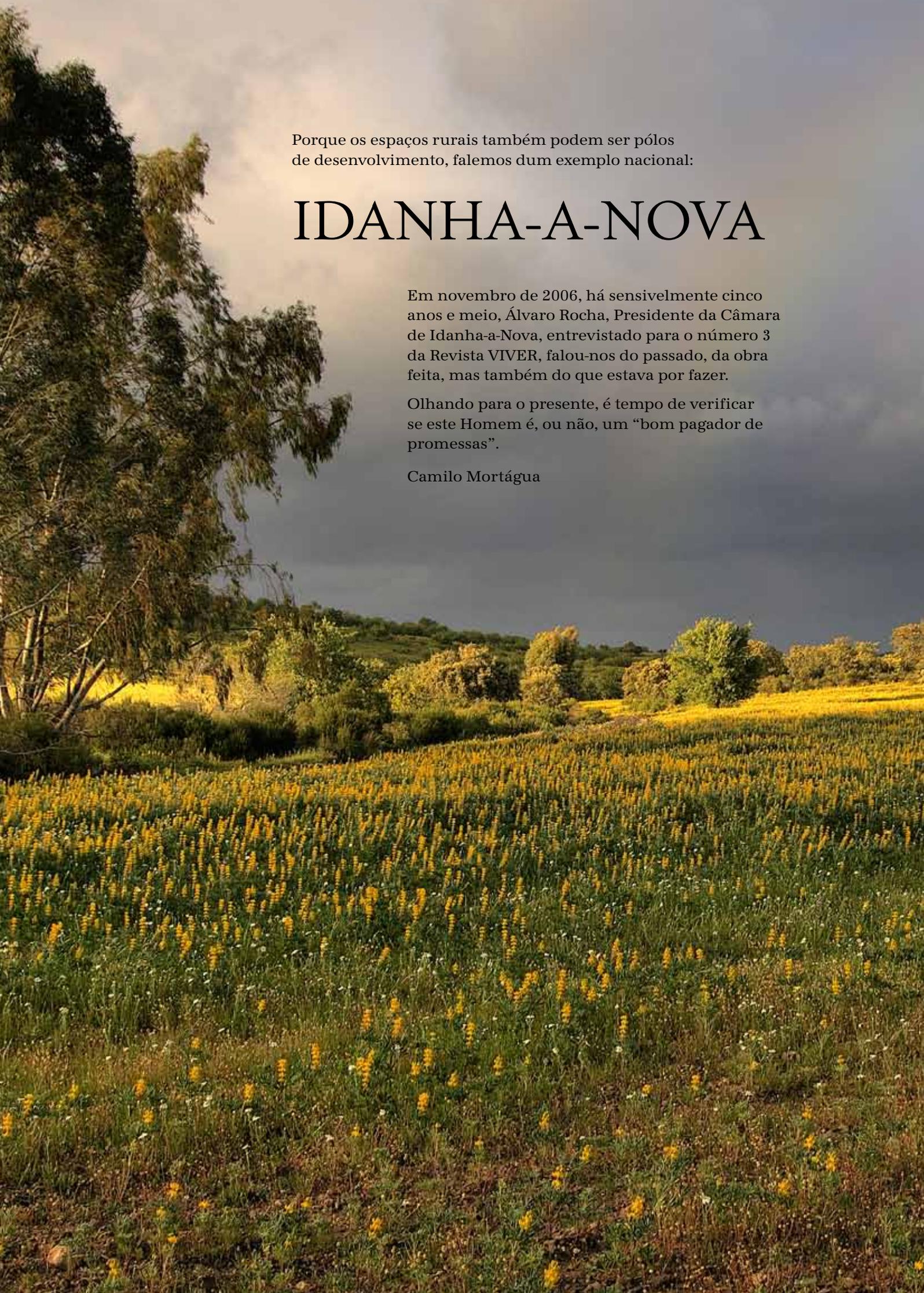
Porque os espaços rurais também podem ser pólos de desenvolvimento, falemos dum exemplo nacional:

IDANHA-A-NOVA

Em novembro de 2006, há sensivelmente cinco anos e meio, Álvaro Rocha, Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova, entrevistado para o número 3 da Revista VIVER, falou-nos do passado, da obra feita, mas também do que estava por fazer.

Olhando para o presente, é tempo de verificar se este Homem é, ou não, um “bom pagador de promessas”.

Camilo Mortágua



“IDANHA-A-NOVA, O CONCELHO MAIS LIMPO DE PORTUGAL”



Álvaro Rocha
Presidente da Câmara
de Idanha-a-Nova

Pedimos palavras ao Cidadão Álvaro Rocha e ao Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova. Tinha-as, de uso frequente e bem ordenadas no seu “disco rígido” em ficheiros denominados: Promoção do Concelho. Quando a sua agenda o permitiu, “soltou-as” para a nossa conversa, um tanto ou quanto limitada pelo “assunto que segue”. Gostaríamos de ter podido perceber melhor qual a força que impulsiona a ação deste Homem, quais os princípios e valores que orientam a sua vida. Mas, para isso, seria necessário outro tempo e outro lugar, tempo que os Governantes locais e nacionais têm muita dificuldade em encontrar, salvo depois de deixarem de o ser, quando já nada se pode alterar ao que foi feito.

O Cidadão Álvaro Rocha, Alentejano de origem e Raiano de vivência e coração

Sou uma pessoa que se considera da Idanha. Os meus Pais, naturais de Estremoz, vieram para cá trabalhar como encarregados da casa Marquês da Graciosa, tinha eu sete anos. Por cá ficaram durante vinte anos. Cá nasceram e por aqui ficaram os meus irmãos e praticamente toda a família.

Nesta paisagem pulei a minha infância, “domei” a minha juventude e formei-me como Engenheiro Técnico agrícola.

Fui para a tropa e mandaram-me da campina da Idanha para Angola, onde estive dois anos no serviço militar e depois mais três como Eng. Técnico Agrícola nos cafezais do Uíge.

Regressei após o 25 de Abril e fui trabalhar para a DRABI, onde me dediquei às questões das pastagens e forragens e, mais tarde, às técnicas da cultura local do tabaco.

Com os conhecimentos adquiridos, decidi pedir 10 anos de licença sem vencimento e dedicar-me à atividade privada.

Arrendei uma propriedade e iniciei uma exploração agrícola baseada nas ovelhas, nas vacas, no tabaco e no milho, exploração que evoluiu e tem vindo a consolidar-se até aos nossos dias.

Politicamente, concorri às primeiras eleições livres pós-25 de Abril, apareci em quinto lugar e não fui eleito. Em 1979 voltei a concorrer, fiquei em 3º lugar e fui eleito vereador, saindo algum tempo depois por não concordar com algumas das formas de gestão do Dr. Camacho. Durante vários anos, integrei a Assembleia Municipal.

Em 1994 fui convidado pelo Joaquim Morão a retornar como vereador. Em 97 o Joaquim Morão foi-se embora e as eleições foram ganhas pelo Dr. Joaquim Batista. Eu fiquei como vereador na oposição... até que, em 2001, me candidato à Presidência e sou eleito, deixando, desde essa altura, a vida agrícola para me ocupar a tempo inteiro dos destinos deste município, coisa que faço com gosto há cinco anos, sendo este o primeiro ano dum segundo mandato.

A traços largos é este o meu percurso: Estremoz, Idanha, Angola, Idanha de novo, casado, dois filhos, dois netos. Durante um largo período, agricultor e político em simultâneo, mas sobretudo responsável pelo lançamento e organização da Feira Raiana. Ainda tenho algumas saudades do “grande ar livre”, dos passeios pelas brumas matinais. Saudades que por vezes satisfaço pelas seis da manhã a contemplar o romper de um novo dia, lá longe, no horizonte distante, a iluminar pouco a pouco a imensidão da campina.

O Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova

Como é ser Presidente desta Câmara, após o “reinado de boa memória” de um autarca como Joaquim Morão?

É fácil ser-se autarca depois de Joaquim Morão, desde que saibamos adaptar-nos à realidade. É fácil... porque trabalhei muito com ele e é alguém com quem me dou muito bem. Começámos os dois como vereadores nesta Câmara, entrámos praticamente ao mesmo tempo para a Câmara, entrámos para o mesmo partido ao mesmo tempo. Somos, por assim dizer, da mesma relação e da mesma geração.

Quando se tem um tal conhecimento das pessoas, existe amizade e se é do mesmo partido, é natural reconhecer que foi bastante grande a obra que o Joaquim deixou. Também seria natural que, se eu pertencesse a outro partido, não fosse capaz de dizer o que digo do Joaquim Morão.

É fácil porque a maior parte das coisas encontrá-las feitas, agora há que orientar a Câmara noutra sentido.

Quando ele se foi embora, a obra física estava praticamente concluída, mas não teve apoio para que, logo de seguida, lhe fosse dado o impulso final para o seu correto aproveitamento. Perderam-se quatro anos a pretender desvalorizar ou esquecer o que estava feito. Sem esse interregno de quatro anos da governação Municipal do PSD, teríamos começado quatro anos antes o que estamos fazendo desde há cinco, que tem assentado em tudo fazer para assegurar o aproveitamento total das estruturas cá deixadas. Os resultados desta nossa opção estão a aparecer, mas já seriam outros se tivéssemos começado mais cedo!

Aos “belos anos” da dinâmica Morão sucedeu um período menos bom, consequência de opções que se vieram a revelar menos adequadas. São opções. Mas... retornando à pergunta inicial... a resposta definitiva e clara é que... para mim foi fácil e estimulante ser Presidente desta Câmara, como herdeiro da obra de Joaquim Morão, que espero honrar e enriquecer.

O que é que o Álvaro Rocha pensa do Presidente da Câmara?

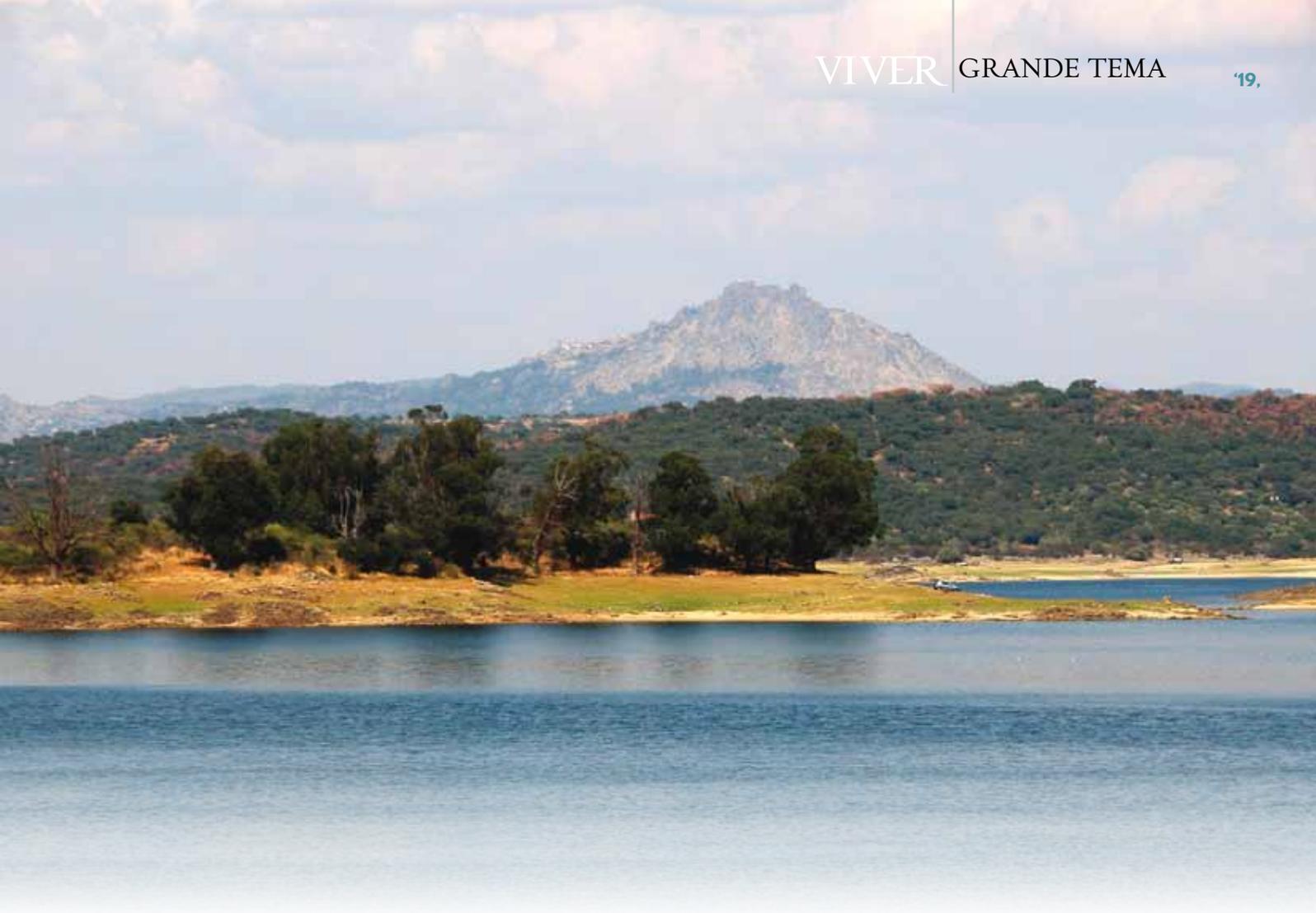
O Presidente faz tudo aquilo que o Álvaro gostaria que ele fizesse?

Penso que o atual Presidente tem de ter (e tem) uma preocupação principal no atual mandato que é a de dar a maior importância às pessoas que cá estão. As pessoas que cá estão ainda têm algumas dificuldades, não são muitas, mas temos de continuar a tentar resolvê-las. Bem sabemos que muitos ainda partem à procura de uma vida melhor, com mais oportunidades, mas temos que preparar o nosso território para que elas queiram voltar. Estamos tratando disso. Temos que dar uma imagem positiva do nosso Município para que as pessoas retornem. Estamos dando grande importância às questões ambientais, hoje já temos um território totalmente limpo e a servir de exemplo a muitas outras autarquias!

Se queremos valorizar os recursos que temos, entre eles os que potenciam o desenvolvimento turístico, é necessário começar por ter um ambiente limpo, são e agradável de olhar.

Não temos possibilidades de trazer para cá grandes empresas, os empresários visam o lucro, para isso, precisam de mão-de-obra abundante, barata e se possível qualificada, tudo coisas que não temos.





Por isso, é necessário cuidar bem dos recursos naturais existentes, e encontrar formas de organizar da melhor maneira possível a sua promoção e exploração, de forma integrada e ambientalmente equilibrada.

Exemplo disto é o esforço decisivo feito pela Câmara para a candidatura do Geoparque, dispensando técnicos e cooperando fortemente com os parceiros implicados no Projeto. Sem esse nosso contributo teria sido muito mais difícil mas, nós sozinhos, também nunca teríamos possibilidades de sucesso!

Em todas estas coisas o Cidadão e o Presidente vivem em perfeita sintonia, embora por vezes tenham acesas dúvidas sobre a quem dar a preferência nas decisões a tomar, acabando quase sempre por estabelecer um “segredo” compromisso entre as partes, o que permite manter a motivação para continuar juntos e em frente!

E as receitas próprias do Município, têm aumentado ou diminuído?

As receitas próprias da Idanha são muito reduzidas. Não há muitas soluções possíveis. Optamos por não recorrer a aumentos de taxas e encargos para as pessoas e famílias residentes, porque, em coerência, se queremos atenuar as saídas e aumentar as chegadas, temos que demonstrar que na Idanha se vive mais barato. Há que fazer uma discriminação positiva, deixando de cobrar algumas receitas correntes, por isso as receitas não têm subido.

A título de exemplo, o serviço de transportes gratuitos bi-semanais entre todos os lugares e Freguesias e

a sede do Concelho, para todos os idosos com mais de 65 anos. Esta questão da mobilidade destas pessoas que, por falta de transporte, não se podiam deslocar das suas aldeias para tratar dos assuntos de seu interesse, obrigava-as a comprar localmente e sem alternativa de preços os produtos necessários à sua subsistência, ficando inteiramente dependentes da benevolência e honestidade de outrem.

O Município, sendo o segundo maior Concelho do País a seguir a Odemira, com as suas 17 Freguesias e mais de 20 lugares anexos, está dotado de saneamento básico na sua totalidade embora nem tudo esteja acabado e em perfeito funcionamento, e possui uma rede inovadora e abrangente de assistência social.

E que estratégia para o futuro?

A Idanha sempre viveu e ainda vive, em boa parte, da agricultura. É necessário reconverter culturas como a do tabaco, que chegou ao fim, apontando para culturas de produtos facilmente transformáveis, menos dependentes dos mercados de frescos e de conservação menos imediata, tais que o olival, sem esquecer as oportunidades que possam surgir em relação às novas culturas energéticas.

É necessário apostar em pequenas e médias empresas da fileira de transformação agroalimentar capazes de exercerem uma ação organizativa sob a produção e assegurarem a comercialização do que se produz, de forma a evitar a exportação em bruto, acrescentando valor à produção local e dinamizando a criação de emprego cada vez mais especializado.

Temos que ser capazes de valorizar e promover mais eficazmente o nosso riquíssimo património natural, histórico e cultural. As Aldeias históricas, o Geoparque, os fósseis de Penha Garcia, a música tradicional, os eventos religiosos de grande prestígio regional e não só, a cinegética etc., são componentes que enriquecem e devem integrar na nossa estratégia. A cinegética, por exemplo, tem enormes potenciais. É necessário alterar as práticas e promover jornadas de caça de duração superior a um dia, para que nos fique alguma coisa mais do que “os lixos dessa atividade”.

Temos que agir inteligentemente sobre o segmento do alojamento. Existem no Concelho muitas, grandes e belas casas particulares que deveriam estar ao serviço da promoção turística da nossa terra com proveito para todos. Não basta oferecer Hotéis de 4 ou 5 estrelas, é grande o número de famílias que nos visitariam se tivessem alojamento confortável a preços mais acessíveis. Nas termas de Monfortinho há proprietários que começam a compreender a necessidade de modernizar e valorizar os seus estabelecimentos de forma a poderem dispor de outros tipos de oferta.

De momento, os pontos mais frágeis desta estratégia são o da promoção e o da organização para comercialização, é necessário fazer um grande esforço para aumentar e melhorar o caminho já percorrido. São processos que exigem persistência prolongada e competências diversificadas, penso que estamos no bom caminho.

Idanha não é uma Ilha.

Conjuntamente com Penamacor, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, faz parte de uma NUT III, unidade estatística básica para a estruturação da coesão europeia. Como vê a atual articulação das complementaridades possíveis dentro deste espaço?

Penso que é uma questão muito importante no presente. Não há dúvida das vantagens que nos poderiam advir de uma melhor articulação. Já vamos com algum atraso, de há muito que podíamos ter economizado em algumas infraestruturas, como piscinas e campos de futebol. Se calhar era mais fácil e barato dispormos de transportes para poder deslocar pessoas até aos equipamentos, do que andar a fazer as mesmas coisas em todos os lugares.

Tenho esperanças de que o próximo quadro comunitário (agora tem outro nome) estimule a apresentação de projetos mais abrangentes, por exemplo à escala da nossa NUT III, como seria por exemplo o da tão desejada via rápida de comunicação com Espanha. Talvez valesse a pena unir-nos para estudar de que maneira, com o nosso esforço comum, mesmo financeiro, dilatado por um período suficientemente longo, num cenário de financiamento múltiplo, europeu, nacional e regional, seria possível agendar rapidamente essa obra de importância capital para toda a Beira Interior.

A ADRACES é um elemento ativo desta estratégia?

A ADRACES tem sido e deve continuar a ser elemento ativo da dinamização das estratégias dos Municípios da BIS (Beira Interior Sul).

É uma instituição que já demonstrou ter um corpo técnico de alta qualidade. Devemos continuar a apoiar fortemente para que se aproveitem bem todos os programas e sejamos capazes de dar respostas qualificadas às oportunidades que surgem. A ADRACES é braço direito das Câmaras para conceber e executar projetos diversos, úteis ao desenvolvimento social, cultural e económico dos nossos territórios, para além de ser instrumento importante para a promoção internacional da nossa identidade e imagem através das múltiplas parcerias que tem vindo a desenvolver a nível da Europa e não só. ■

O grande caçador da “sabana”?

Desde há muito que fazia intenção de visitar um velho amigo de aventurosas jornadas africanas. Não nos vemos há mais de 30 anos. Só muito recentemente soube do seu regresso às origens ali para os lados de Salvaterra do Extremo. Finalmente, conseguimos marcar encontro. Após as efusões sentimentais da praxe, o “Hipó” (era assim que o tratávamos por lá por causa da sua baixa estatura e mania de andar sempre de braços abertos a “voar baixinho” como os hipopótamos da história), não resistiu à curiosidade e perguntou: - mas então, o que é que te traz por cá?

- Olha... venho falar com o teu Presidente, conheces? - É pá, lá conhecer não conheço, mas tenho ouvido por aí umas histórias meio estranhas... invenções!

- conta... conta... - diz-se que o homem, que sempre tem andado pelas “lhanuras”, pelas planícies, pelas “sabanas”, do Alentejo aqui à nossa campina, daqui para a sabana africana do Uige e de lá para cá de novo, ganhou-lhe o gosto e o fascínio pela contemplação dos grandes espaços abertos e de vez em quando, dizem... que o veem ao alvorecer, sentado lá no alto das muralhas do Castelo, em pose de Leão, de crina levantada, salvo seja, forte e sereno, perscrutando os céus da campina, pronto a caçar qualquer ave de rapina, autóctone ou estrangeira, que pretenda atacar os nossos rebanhos. Eu acho que isto são invenções, mas... na dúvida, já o olho como “O Leão da Idanha”, grande caçador da nossa “sabana”.

PENSAR GLOBAL E INTEGRADAMENTE O SEU TERRITÓRIO E O FUTURO DA BIS

Em obediência ao velho ditado de que *“Deus ajuda a quem muito madruga”* também nós, com os nossos meios e à nossa escala, entendemos ser justo reconhecer e incentivar o trabalho desenvolvido, divulgando ao longo das páginas que se seguem, o que se prometeu e o que se está fazendo.

Não foram só palavras, o que então foi dito merece ser relido.

Ao verificar a prática deste autarca de exceção, temos que reconhecer-lhe uma incessante e exemplar inquietação por tentar bem servir as populações que o elegeram, sem descuidar interesse e empenho (ao contrário de muitos outros), com iniciativas imateriais de pouca visibilidade física e baixo interesse eleitoral, mas de grande valia social.

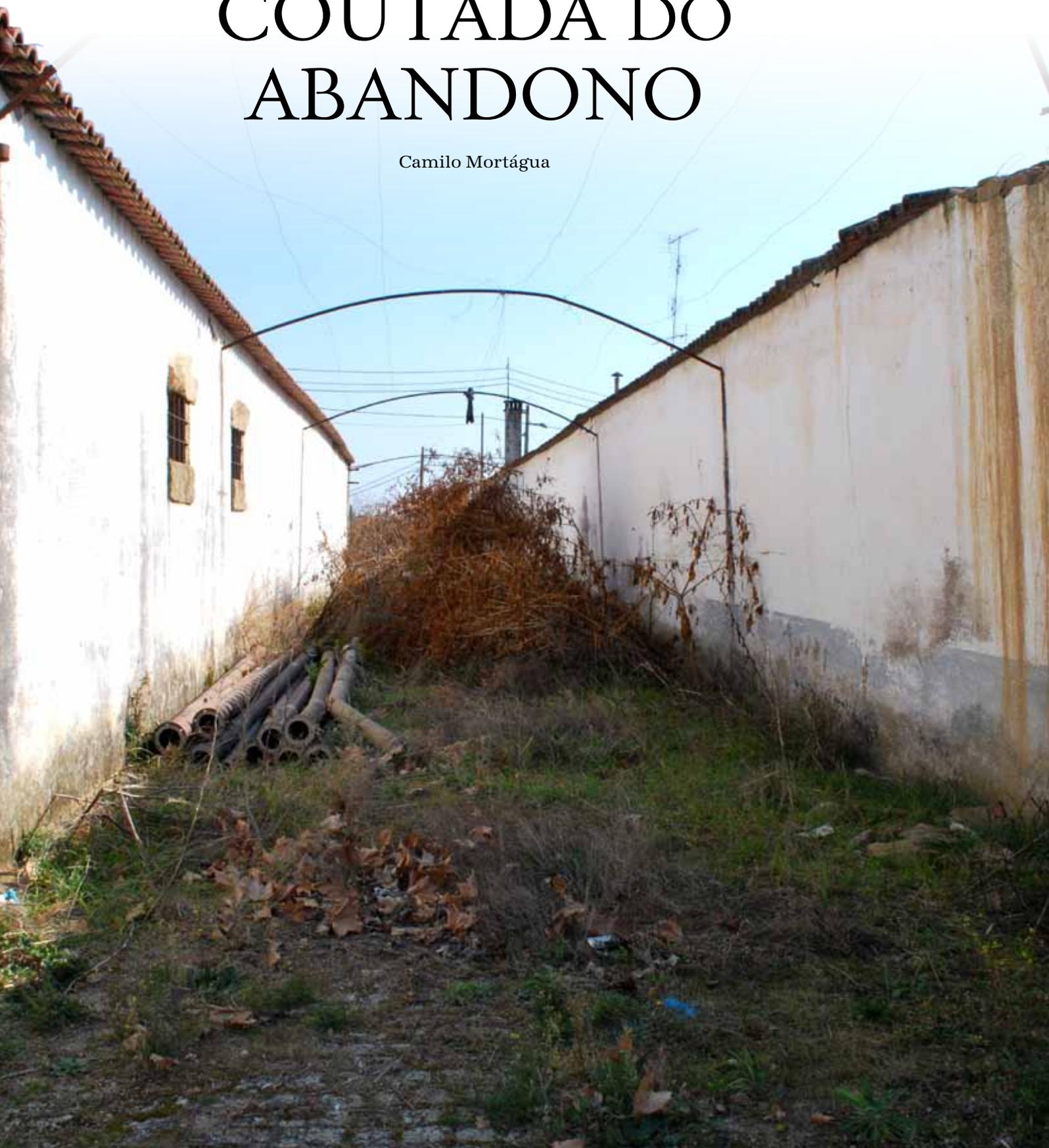
Pela sua visão integrada de desenvolvimento local e pela notória sensibilidade para as iniciativas de cunho social e cultural; pela sua disponibilidade para aceitar desafios difíceis de ultrapassar sempre que uma situação mais complicada se apresenta; pela sua vocação natural para estabelecer consensos e pensar soluções inovadoras, nem sempre facilmente compreendidas; pelos exemplos de capacidade nas escolhas dos recursos humanos de sua responsabilidade; eis alguém capaz de nos fazer acreditar num futuro de unidade e progresso à escala da BIS.

Porque a unidade e progresso dos municípios da BIS também são a razão do nosso combate, daqui saudamos e felicitamos o cidadão Álvaro Rocha e o Senhor Presidente da Câmara da sempre nova, Idanha-a-Nova, pelo seu exemplo. ■



DE COUTO DA VÁRZEA A COUTADA DO ABANDONO

Camilo Mortágua





Já foi, em tempos que já lá vão, ditos de “outros senhores”, a “jóia da coroa” da Campina de Idanha. Terra Privilegiada por ser fértil e coutada por pertencer a algum Nobre que dela não tinha que pagar imposto. Como a História que queremos contar não é a das origens da Herdade do Couto da Várzea, mas sim a da alternância das suas graças e desgraças recentes, não nos deteremos nos “entretantos”.

Situada aos pés da Vila da Idanha-a-Nova, com cerca de 4 milhões de metros quadrados, 400 hectares de terras de primeira qualidade, plana, com água abundante e bons acessos, quando as convulsões políticas da nossa história o permitiram, o Couto da Várzea guardou o seu nome mas mudou de proprietário, que ali construiu uma excelente base de apoio ao desenvolvimento da agricultura regional e nacional.

Dotada de todas as instalações necessárias, não só em relação às atividades agrícolas, como também para a residência de técnicos e pessoal afeto às diferentes atividades produtivas e pedagógicas e administrativas, evoluiu e tornou-se valiosa.

Com o Ponsul “passeando-se” pelas suas terras à sombra de árvores de alto porte, por alturas dos anos 80, o Couto da Várzea chegou a ser visto pelas populações vizinhas, pelo número de pessoas ali residentes e pela importância das suas instalações e atividades para a região, como uma “Aldeia Rural” de excelência.

Hoje, que tristeza! Que desperdício! Que flagrante demonstração de incúria e abandono!

Nas antigas habitações dos trabalhadores moram as perdzes que se espantam com a nossa aproximação e partem em fila indiana para a natureza envolvente, lixo, telhados caídos, sala de ordenha meio desmontada, armazéns, habitações, instalações elétricas modernas, centro de formação em “desintegração”, tanto quanto se pode observar através de portas e janelas forradas a teias de aranha. Dizem-nos: - lá dentro existem bons quartos bem equipados, bom refeitório e cozinha, ainda há pouco tempo estava tudo como novo! A testemunhar a atual realidade, uma carrinha 4L abandonada, igual a tantas outras que por aí vemos em serviço dos técnicos do Ministério da Agricultura.

Parece que o que se vê é o resultado de quatro a cinco anos de abandono. Quando para decidir como aproveitar o bom que existe, levamos quatro a cinco anos, quando os agentes do Estado (ou os dirigentes políticos) não são capazes de defender um património desta envergadura e se deixam atrofiar por cumplicidade com interesses imediatistas de circunstância, colaborando na destruição dum tal património público, isto devia ser considerado crime de lesão grave dos interesses nacionais, a merecer exemplar punição. ■



E AGORA? QUE FUTURO? A INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE RURAL

Camilo Mortágua



Ao conhecer a notícia, como primeira reação impôs-se-me um entusiástico aplauso, e a necessidade de ir conhecer estas terras para onde me dizem que virão até Japoneses fugidos do desastre nuclear! Desconhecemos os meandros da negociação que permitiu que a Câmara dinamizasse esta possibilidade. Algumas perguntas se impõem: quanto tempo levaram as negociações? Desde quando procurou a Câmara pôr cobro à situação de abandono já citada? Qual é o resultado final, concreto e quantitativo, dos acordos estabelecidos?

O real fim de ciclo do tabaco terá alguma coisa que ver com o despertar do interesse por esta questão?

A ideia, no geral excelente, motiva-nos a ajudar, no que for possível, para que a sua aplicação seja um sucesso. Por essa mesma razão, entendemos que, quanto mais completa e detalhada for a informação, maior será a adesão local, regional e nacional ao Projeto.

Bem definir o papel e as condições de prestação de serviços dos diferentes intervenientes (Câmara, DRAPC, Escola Agrária e, sobretudo, a Própria Incubadora e, não menos importante, o interlocutor para a comercialização dos produtos - HORTAS DA IDANHA), é indispensável à boa conceção de sérios planos de exploração, capazes de garantir a consolidação e êxito do Projeto.

Daqui fazemos votos para que a presença de instituições dependentes de decisões centralizadas do poder (Escola Agrária e DRAPC) não contribua com a sua habitual morosidade deliberativa, devida a essa mesma dependência, para fragilizar as potencialidades deste projeto, e permitindo que do atual Couto do Abandono possa renascer uma dinâmica “Seara do Mundo”.



Rui Cunha (à esquerda, na foto) e família - jovem agricultor que vai ocupar um dos terrenos do Projeto Incubadora de Base Rural, no Couto da Várzea - e sua família.

A DINÂMICA MUNICIPAL DA IDANHA

- As “Hortas da Idanha”;
- A Incubadora de Empresas de Base Rural;
- As Hortas Sociais;
- A mobilidade dos mais idosos, entre todos os lugares do município;
- As iniciativas ligadas ao Turismo e à cultura em geral.

Estes e outros projetos cativam a nossa atenção, demonstram bem o dinamismo do conjunto e a dedicação dos responsáveis e dos trabalhadores desta autarquia.

Mesmo que, como é natural, nem tudo sejam sucessos, a ambição de os levar a bom porto é, em si mesma, digna de louvor.

Por isso entendemos que Idanha-a-Nova é um Município Rural exemplo... do valor dos territórios rurais para ultrapassar a crise. ■

DISCURSOS ENCHEM BARRIGAS?

António Canoso

[Professor de História da Escola Ribeiro Sanches de Penamacor]

Nas atas de um Seminário Nacional subordinado ao tema “*O Futuro da Europa, Convenção Europeia, Reforma da PAC e da Política Comum de Pescas*”, promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos, janeiro de 2003, pode ler-se logo na introdução “*os territórios rurais possuem muitos atributos e qualidades: fauna e flora, ecossistemas particulares, paisagens humanizadas, modos de povoamento, sítios históricos, aldeias exemplares, tradições seculares, manifestações ancestrais, etc.. Na retaguarda destes atributos está, quase sempre, atividade agrícola, economia local, técnicas e tecnologias tradicionais, estratégias familiares variadas, tudo operando, aparentemente, em sintonia com o agroambiental envolvente.*”

Estando o diagnóstico há muito traçado e sendo do conhecimento de quem de direito, que razão ou razões impedem a mudança? Neste, como noutros casos, teoria e prática parecem não conviver bem pelos territórios da ruralidade. Fala-se muito, escreve-se ainda mais, planeia-se imenso. Todavia, entre intenções e concretizações soçobram as contradições.

A terciarização da economia, a sua globalização e a mercantilização do mundo rural, ao invés de impulsionarem o desenvolvimento deste, subalternizaram a base agrícola, bem como as multifacetadas potencialidades do universo campestre, à cabeça das quais se encontram as pessoas,

sustentáculo de qualquer desenvolvimento. Afugentando a população, especialmente a juventude por ausência de políticas promotoras de fixação, sobram apenas os mais velhos e os que não possuíram expediente para partir. Aniquilaram as comunidades rurais e com elas as suas dinâmicas, transformando-as em *parques temáticos* de excursionistas urbanos de fim de semana, em busca de um ideário de conceção romântica sobre a vida no campo, apenas existente na cabeça dos urbanos. Alguns ainda descendem da terra, nela buscando conforto e frescos amenizantes da dura vida dos grandes centros, outros, já desenraizados, procuram apenas satisfazer o seu imaginário. Em comum, as loas que cantam aos encantos rurais, bem como a efemeridade da sua estadia, pouco mais acrescentado que resíduos que os serviços sanitários autárquicos cuidam de tratar.

Por que razão em tempos de grave crise económica e social, com elevados índices de desemprego, as valências rurais continuam tão pouco atrativas? Não haverá responsáveis a questionarem-se sobre isso? Que forças ou interesses inibem governantes de promoverem políticas pró-ativas em benefício do mundo rural? Qual (ais) a razão (ões) que enchem bocas e tribunas com eloquentes locuções sobre produção, produtividade, défices e na prática descoram a riqueza-base de qualquer nação?





A resposta, não sendo simples parece óbvia. Porque não governam para as pessoas. Possivelmente por quererem deixar grandes feitos. Provavelmente porque a política de proximidade, do pequeno arranjo em vez da grande obra não dá votos nem alimenta ambições de carreira. Talvez tudo esteja na cabeça de cada qual. Talvez, talvez...

Ao certo, ao certo, é que as vítimas são sempre as pessoas. A terra é o pilar da vida. Na evolução histórica o campo esteve sempre na rampa de lançamento de outros desafios. O chão continua e continuará na vanguarda das transmutações do mundo. Olvidar esta evidência é não perceber nada do que passa. Os frutos não brotam em árvores desenraizadas. Persistir no inverso é pura tacañez.

As pessoas estão primeiro. Só com elas se podem operar as transformações que tantos teorizam mas que na prática as impelem a abandonar os seus territórios em busca de subsistência noutras paragens, ironicamente, em muitos casos no mesmo ramo que foram coagidas a deixar. Porquê? Falamos de competitividade, rácios e outros palavrões de difícil compreensão. Porém, noutras paragens estas mesmas pessoas são competitivas, produzem riqueza e geram desenvolvimento económico e social. Que têm de diferente os nossos territórios rurais? Nada e tudo, nisso residindo a sua riqueza. O que falta? Visão estratégica nas lideranças. Perspetiva de futuro em quem dirige. Vontade de servir e não de se servir. Patriotismo verdadeiro em vez de paternalismos bacocos.

De frases feitas e vãs promessas estão as pessoas fartas. De ouvir sem ser escutado está o povo empanturrado. A verdadeira valorização da ruralidade, nas suas componentes socioeconómicas e culturais, só é possível enaltecendo as pessoas e os seus saberes. Quando tal desiderato for conseguido, aí sim voltamos a ter comunidades rurais vivas,

dinâmicas, com iniciativa e capacidade competitiva. Espaços atrativos para viver e não antecâmaras de uma morte anunciada por esvaziamento. Locais desinteressantes e insatisfatórios pelos rácios das folhas excel manipuladas pelos especialistas de sofá e alcatifa.

De que valem certames, feiras, mostras e outras mostras de atividades locais, fundadas na encenação de uma qualquer empresa municipal ao serviço da promoção de alguém que, ao invés de servir, se serve dos outros para se autopromover. Valor teria se constituíssem mola impulsadora e promotora de dinâmicas locais preexistentes. Todavia, enquanto funcionarem por iniciativa alheia com dinheiro dos contribuintes e em nome de contribuintes moribundos, a ruralidade irá continuar adiada e a definhar. A dependência externa e as assimetrias territoriais continuar-se-ão a acentuar.

Devolvam a ruralidade às pessoas. Valorizem os seus saberes e os seus sabores. Ponham-nas no palco da vida e não as usem como palanque. Dignifiquem-nas em vez de as utilizar e voltaremos a ter a *raiz da vida* a funcionar como alicerce de desenvolvimento, conforme ao seu estatuto histórico.

Relembremos o pensamento do grande filósofo, poeta e ensaísta, Agostinho da Silva, em *A Hipocrisia do Amor ao Povo*: *“Estes amam o povo, mas não desejariam, por interesse do próprio amor, que saísse do passo em que se encontra; deleitam-se com a ingenuidade da arte popular, com o imperfeito pensamento, as superstições e as lendas; veem-se generosos e sensíveis quando se debruçam sobre a classe inferior e traduzem, na linguagem adamada, o que dela julgam perceber; é muito interessante o animal que examinam, mas que não tente o animal libertar-se da sua condição; estragaria todo o quadro, toda a equilibrada posição; em nome da estética e de tudo o resto convém que se mantenha”.* ■

É PRECISO APRENDER A DIZER NÃO... ATÉ À RETÓRICA SEM AÇÃO

João Ludgero Santos

[Quinta dos Trevos - Centro Rural de Artes e Ofícios]

www.quintadostrevos.com

No início de 2009 estivemos reunidos sondando as causas da crise e refletindo sobre possíveis saídas e soluções para a mesma.

Passaram três anos e aqui estamos novamente. Então indagávamos se a metafísica, a teologia e a sua alavanca fundamental, a fé, continham em si valores superiores aos gerados negativamente na depressão financeira, anímica e sobretudo ética que paulatinamente víamos instalar-se no país e no mundo.

Hoje estamos aqui para fazer uma análise mais racional, e como tal, já temos algumas certezas.

Sabemos que neste espaço de tempo a crise não foi superada, e se não o foi, certamente não terá sido por falta de soluções nem tão pouco por ausência de metodologias de recuperação económica cientificamente conhecidas. A crise não foi superada porque forças muito poderosas não o permitiram.

Penso que após milhares de palavras ditas e escritas, depois de infindáveis debates, o cidadão não só tem o direito como é fundamental que manifeste alguma saudável irreverência social e que aprenda a dizer não.

Sem ter a mesma dimensão da afirmação de Nietzsche quando disse que “Deus está morto”, e pôs Zaratrusta anunciando o Super-homem, é urgente dizer-se que a democracia está profundamente ferida e que desconhecemos em absoluto se o seu estado é reversível.

Nietzsche fez mal em afirmar a morte de Deus porque caiu num absoluto vazio que o conduziu à loucura; eu pessoalmente não gosto nem acredito em super homens nem na supremacia racial de qualquer povo que o pretenda.

Hoje os atores políticos continuam gesticulando as mesmas mímicas e esgrimindo os mesmos argumentos. Os discursos empolgados, contudo, dissimulam o real estado de fragilidade da democracia.

Os governantes e ilustres continuam, porém, diariamente a subir ao palco e a representar uma peça que a plateia abomina!

Porque é que o fazem?

Uns, os mais sérios talvez, porque estão em pânico, é na democracia que as suas existências se afirmam, a constatação da ruína do edifício democrático dita o fim das suas vidas. Outros, porque sabem ser pouco mais do que pivôs bem remunerados dessas forças poderosas atrás referidas.

Na praça pública, a bandeira que ondula com a brisa é a da democracia, mas no comando do mundo impera a plutocracia.

É verdade que ainda dispomos da representação parlamentar, do debate das ideologias e em certa medida da difusão do pensamento.

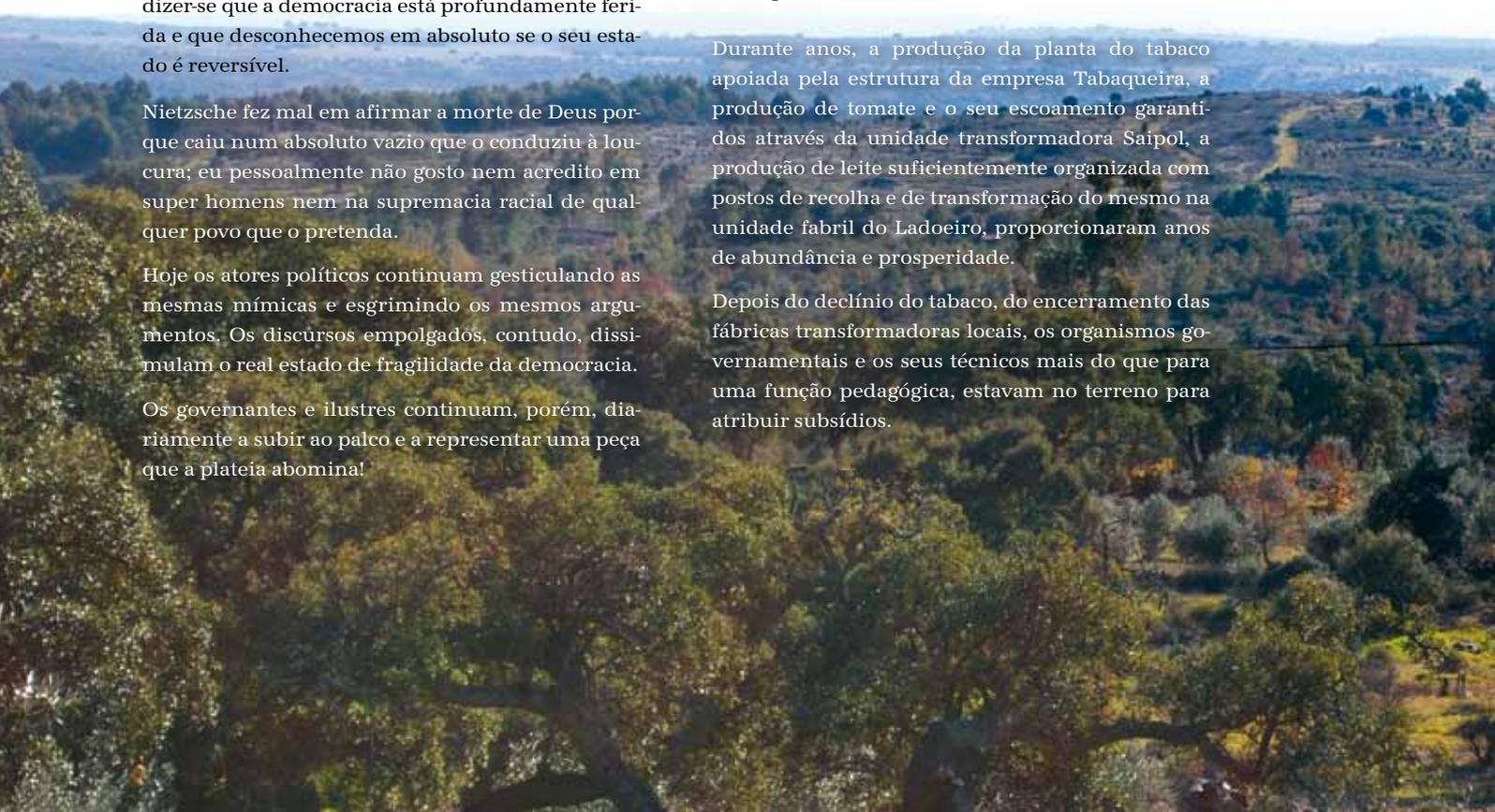
Mas cada vez mais os governos ficam reféns dos verdadeiros donos e senhores do mundo; e que hoje talvez não sejam mais de uma dezena de grupos económicos desprovidos de qualquer noção de solidariedade, de ética, respeito humano ou ambiental.

Mas deixemos o horror desta macro tragédia e debruçemo-nos na dimensão micro que nos concerne, o território da BIS e particularmente nas terras e nas gentes de Idanha.

Com a esmagadora maioria dos terrenos da campina subaproveitados por inviabilidade económica das explorações, o mundo rural definha dia a dia.

Durante anos, a produção da planta do tabaco apoiada pela estrutura da empresa Tabaqueira, a produção de tomate e o seu escoamento garantidos através da unidade transformadora Saipol, a produção de leite suficientemente organizada com postos de recolha e de transformação do mesmo na unidade fabril do Ladoeiro, proporcionaram anos de abundância e prosperidade.

Depois do declínio do tabaco, do encerramento das fábricas transformadoras locais, os organismos governamentais e os seus técnicos mais do que para uma função pedagógica, estavam no terreno para atribuir subsídios.



Nos gabinetes da cidade os técnicos traçavam com régua e esquadro as grandes estratégias que visavam a modernização do tecido empresarial agrícola, a criação de postos de trabalho e a riqueza das populações.

Algumas estratégias tornaram-se célebres: todos recordamos os anos do “girassídio”: a técnica consistia em mover ligeira e superficialmente a terra, evitando o desgaste do ferro das alfaias e poupando gás-óleo agrícola, a sementeira era aleatória, a fertilização pontual, nalguns casos nunca existiu; quando, apesar de tudo, umas tantas manchas de plantas rasgavam a terra e se afirmavam, invariavelmente raquíticas e desamparadas por entre múltiplas clareiras de terra nua, bastava a grade de discos que, numa passagem apressada, apagava os vestígios da incompetência.

Entretanto já os subsídios engordavam as contas dos proprietários.

Um dia dizia-me um encarregado, hoje aposentado de uma Associação de Agricultores Local:

- O que interessa é que o dinheirinho venha.
- Se o agricultor gastar o dinheiro a comprar um jipe, o homem do stand ganha. Se o agricultor gastar o dinheiro em copos de vinho, o taberneiro ganha.
- Percebe? O que interessa é o dinheiro vir, que ele fica por cá... portanto a região desenvolve-se...

Grandes estratégias de ação e de pensamento como estas e outras, fazem com que milhares de agricultores continuem a receber para não produzir, deixando grande número de explorações (felizmente há exceções) estagnadas no tempo e no espaço, não se adaptando às novas realidades e consequentemente não criando postos de trabalho.

Quando começaram as convulsões, surgiu o Leader. Este programa visava potenciar os negócios e iniciativas dos que teimavam em se manter no mundo rural ou apoiar outros que, vindos da cidade, escolhiam a ruralidade como forma de vida.

Compreendendo, desde o início, a importância e o peso que as microempresas tinham na empregabilidade, o Leader chegou, criou raízes, vinculou laços de trabalho tendo em conta o fator humano, o respeito pela diferença e pela diversidade.

Potenciou iniciativas culturais, ambientais, de fraternidade com os povos da Raia (La Raya) do outro lado da fronteira - A Feira Raiana - nasce um pouco dessa filosofia.

E hoje que temos?

Em termos de programas comunitários de apoio ao território temos o PROVERE e o PRODER. Este último foi-nos apresentado como o continuador do espírito Leader mas, na prática, tal vocação é uma mera e distante intenção.

O PRODER ao contrário do Leader é pesado, burocrático, lento e assustadoramente exigente.

Nós, pequenos promotores com projetos cujos montantes elegíveis são pequenas ninharias, vemo-nos submersos num mar de documentos, num infindável rol de declarações por honra, que nos deixam na boca uma sensação de que em Portugal, à partida, todos somos considerados pouco sérios, pelo que temos de garantir por escrito a veracidade de todas as nossas declarações.

Mas mais grave ainda é que este programa parece ter vindo reduzir a ação dos técnicos do GAL.

Os organismos locais que fazem a gestão e o acompanhamento deste programa, possuem um inestimável conhecimento do território, das suas potencialidades endógenas e humanas. Fruto de estudos e do relacionamento direto com os atores locais, os GAL estão melhor preparados do que qualquer outra entidade para proporcionar à população, orientação, incentivo e ajuda prática na superação das dificuldades.

Parece contudo, não ser essa a indicação do PRODER. Existem, porém, outros exemplos: em Portugal, nomeadamente na Beira Interior, temos instituições que fecham portas por questões orçamentais: postos de Correio, de G.N.R., centros de saúde, e mesmo escolas, justamente os serviços que promovem e asseguram a segurança física, a saúde e a educação e que constroem entre si os alicerces elementares duma comunidade.

Finalmente, temos uma grande revolta: estando nós na periferia de todos os poderes, nesta interioridade que avança lenta mas inevitavelmente para a desertificação humana do território, como é possível que tenhamos de pagar pesadamente a circulação pela única acessibilidade moderna e rápida que serve a região?

Não foi a A23 construída parcialmente sobre a única alternativa de que dispúnhamos?

Face a este desrespeito, que medidas tomaram e pensam vir a tomar os políticos do nosso território?

Finalmente um conselho: não deixe de ler o livro “Portugal Rural” do Sr. Jack Soifer, em coautoria, entre outros, com o Sr. Vereador da Câmara de Idanha-a-Nova, Eng. Armindo Jacinto. Trata-se de um livro realista e consciente do mundo em que vivemos e que manifesta um conhecimento das potencialidades rurais, numa abordagem atual, ecológica e sustentável.

Vale a pena ler e reler! ■



OS TERRITÓRIOS RURAIS E A CRISE...

Regina Lopes
[Federação Minha Terra]

A incoerência dos modelos de crescimento vigentes e a instabilidade e mau estar que se vivem nas sociedades atuais provocam uma necessidade urgente de revermos os modelos de desenvolvimento, nos quais temos baseado todo o nosso percurso, ganhando esta questão uma especial dimensão quando abordamos o espaço rural, considerado na sua múltipla e complexa dimensão.

Os espaços rurais constituem-se, no atual contexto, como recursos relevantes e indispensáveis à construção de um país mais coeso, mais sustentável, mais competitivo e mais desenvolvido. A expressão do seu potencial depende, em larga medida, da capacidade de integração e articulação dos setores presentes e relevantes nas economias rurais (agricultura, indústria, serviços, cultura, turismo, etc.) e da capacidade de mobilização de todos os agentes e recursos com presença nestes territórios. De facto, os recursos relativos ao património ambiental e ao potencial produtivo destas zonas são de uma importância extrema, sobretudo, num período em que as questões da soberania alimentar e do desenvolvimento sustentável se encontram na ordem do dia e se assumem como cruciais para o desenvolvimento da sociedade humana.

A crise pela qual passamos na Europa e, cujos contornos e profundidade ainda não conhecemos totalmente, não está suficientemente incorporada nas políticas públicas em vigor e, também, não é claro que o esteja na estratégia EU 2020 em construção neste momento. Há a sensação que temos um mundo financeiro que vive de regras e lógicas muito próprias que poucos controlam, mas com consequências que poderão ser devastadoras nos diferentes países e sobretudo no que respeita ao nível de vida dos cidadãos. Uma desarticulação entre a estratégia EU 2020 e a crise que se vivencia atualmente na Europa e no mundo acarreta um perigo muito evidente: o de tornar estéril ou pouco eficaz qualquer política pública que venha a ser desenhada neste contexto com o conseqüente e crescente divórcio do cidadão relativamente ao “projeto europeu”. É fundamental, nesta fase, que o cidadão e as organizações que lhe dão expressão estejam presentes de forma efetiva nas diversas dimensões da construção do edifício europeu, seja ele nos momentos de identificação das problemáticas e dos desafios, seja na equação das soluções, seja na execução das políticas públicas. Os cidadãos não são só recetáculos de políticas, são a sua razão de ser e contêm em si o saber, a competência e a vontade que poderão ser decisivos neste período.

Na Europa a 27, as reflexões acerca dos modelos de desenvolvimento para o período pós 2013 referem um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que se traduz, no âmbito do desenvolvimento rural e da agricultura, em objetivos de política relativos a uma produção alimentar viável, à gestão sustentável dos recursos naturais e ações climáticas e, ainda, a um desenvolvimento territorial equilibrado. Estes modelos terão que responder às necessidades e desafios da sociedade atual mas e, sobretudo, à vida das gerações futuras. É expectável que os compromissos daqui resultantes se constituam como um passo crucial na construção das políticas que se vão desenhando a nível mundial e que o seu impacto na definição da política pública de desenvolvimento rural em Portugal tenha efeitos que permitam contrariar o declínio acentuado de uma parte significativa do território nacional, possibilitando que este se configure como um espaço de crescimento sustentável, com um contributo claro para o desenvolvimento do país.

A territorialização de algumas linhas das políticas públicas através do envolvimento dos cidadãos e das organizações locais (privadas e públicas) que os representam permite mais eficácia, melhores resul-

tados e por consequência melhores níveis de desenvolvimento nas zonas rurais. A implementação e disseminação da abordagem LEADER, assente numa lógica de territorialização, permitiu ao longo de cerca de 20 anos, perceber a importância central desta metodologia para o desenvolvimento local das zonas rurais. É fundamental, nesta fase, aprofundar e disseminar este modelo de mobilização e de participação, ajustando-o à evolução da nossa sociedade. De facto, neste período que se avizinha, uma abordagem local à implementação das políticas públicas, constitui-se como um aspeto determinante na revitalização dos espaços rurais e no forte contributo que estes poderão dar, por sua vez, ao país.

A renovação dos espaços rurais através da fixação e atração de pessoas e investimentos é uma equação indispensável a uma maior coesão do conjunto do território nacional e requer este nível local de trabalho que permite abordar as questões com a dimensão e importância que possuem na sua especificidade, não permitindo que estas se percam em abordagens estatísticas e em programas que branqueiam a sua força e particularidade.

Importa pois, neste contexto, perceber como é que esta abordagem metodológica, designada por LEADER, está a permitir a dinamização de um conjunto vasto de iniciativas a diversos níveis que consolidam perspectivas positivas de desenvolvimento em meio rural. A título de exemplo, e no âmbito da atividade das 53 associações de desenvolvimento local que integram a Federação Minha Terra e que gerem nos territórios rurais o eixo 3 (abordagem LEADER) do PRODER (continente), do PRODERAM (Madeira) e do PRORURAL (Açores), foram apoiadas, no atual período de financiamento, 2.642 iniciativas que mobilizam um investimento total na ordem dos 331.485 milhões de euros dos quais 194.500 milhões constituem ajuda pública. Estes projetos criam, ainda, cerca de 4.000 postos de trabalho, número que nos parece bastante expressivo considerando o fluxo permanente de encerramento de empresas que acontece por todo país. Importa notar que cerca de 56% das candidaturas aprovadas se situam na área produtiva e que estas perfazem cerca de 65% do volume de investimento aprovado. As iniciativas multiplicam-se, os agentes nos territórios rurais organizam-se, há um “voltar à terra”, há uma reação a estes tempos difíceis, é necessário, no entanto, que quem define as políticas públicas perceba e respeite estas dinâmicas. ■

“RURALIDADE E DESENVOLVIMENTO: CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS”

Helder Henriques

Natural de Pedrógão de S. Pedro - Penamacor
Docente da Escola Superior de Educação de Portalegre
Doutorando em Ciências da Educação – História da Educação na
Universidade de Coimbra



Ao longo da História, Portugal conseguiu superar um conjunto de obstáculos de carácter económico, social ou político adaptando-se às circunstâncias, ao espaço e ao tempo. Hoje, como em certos momentos no passado, enfrentamos enormes dificuldades que conduzem os portugueses a uma crescente indefinição identitária. Questionamo-nos frequentemente que país é este? Quem nos trouxe até aqui? O que fazer para sair daqui? Se estas questões assumem um carácter geral, podendo ser colocadas por qualquer cidadão em qualquer parte do país, tornam-se ainda mais prementes quando colocadas pelos cidadãos dos territórios rurais. Os portugueses do interior do país vivem momentos de aflição na medida em que não encontram soluções favoráveis ao desenvolvimento destes territórios. Pensamos, na verdade, que existem “dois pesos e duas medidas”. Por um lado, o Portugal dos grandes centros urbanos (no litoral) e, por outro, o Portugal rural. As assimetrias entre o litoral e o interior rural são de tal ordem que, muitas vezes, parece que somos apenas indivíduos que têm o dever de pagar impostos. Não!! Há soluções para promover o desenvolvimento das zonas rurais. Destacarei três linhas de força: o primeiro aspeto refere-se essencialmente ao poder político. É preciso passar da retórica à ação e mostrar vontade política para desenvolver e aproveitar as potencialidades da ruralidade. Ao contrário do que tem sido feito nos últimos meses (e anos) é necessário construir medidas de discriminação positiva para os territórios rurais deprimidos demograficamente, economicamente e culturalmente. As autarquias, tal como as Juntas de Freguesia, assumem um papel de destaque na promoção dos seus territórios e, além disso, constituem elementos nucleares, dada a sua proximidade com a população, para o bom funcionamento do sistema político português. Deste modo consideramos que é necessário, ao contrário do que se pretende fazer, investir mais no poder autárquico do interior de Portugal,

responsabilizando-o e atribuindo-lhe o maior número de competências possível (assim como o respetivo financiamento), pois estes órgãos de proximidade política ajudam a desenvolver os territórios rurais e a garantir uma maior equidade democrática; segundo, é preciso valorizar as instituições de ensino tornando-as recursos vivos e pertinentes que podem contribuir para o desenvolvimento social e económico do interior, dado que é nas escolas que muitas vezes se encontra a população mais qualificada dessa região. As instituições escolares desempenham um papel fundamental no combate à desertificação, no desenvolvimento económico e cultural das regiões do interior e por isso mesmo, é preciso mais autonomia para as escolas, transformando-as em verdadeiros centros de desenvolvimento local; terceiro, é necessário combater a desertificação do interior do país. É preciso manter as tradições, as festas populares, tudo aquilo que potencia a satisfação do cidadão de uma forma genuína e transformar essas “pontualidades” em recursos geradores de riqueza. Estas energias devem ser acompanhadas pela tal discriminação positiva para estes territórios, de modo a que se criem condições para apostar verdadeiramente no Turismo, no Património, na Cultura, na Animação. A pureza do interior do país pode ser também um recurso de desenvolvimento local, que já começa a ser procurado por muitos segmentos da população nacional e internacional. Por fim, interessa imprimir um diálogo constante no interior do país, como fator que contribui para o esclarecimento das populações e para a sua informação. Honra seja feita à revista *VIVER*, importante canal de comunicação dos territórios rurais, que ajuda a promover o desenvolvimento do interior do país, alertando para problemas, mas também apontando soluções; criando espaço para os jovens apresentarem as suas reflexões; enfim, motivando o interior a resistir, tal como outrora os nossos antepassados fizeram. ■

OS TERRITÓRIOS RURAIS NA SUPERAÇÃO DA CRISE

Joana Barros

22 anos

Covilhã/Almada

Estudante 4º ano de Arquitetura na Universidade da Beira Interior



**“OS RICOS TERÃO
DE VIVER MAIS
SIMPLESMENTE PARA
QUE OS POBRES POSSAM
SIMPLESMENTE VIVER”**

Mahatma Gandhi

Por defeito, terei uma opinião muito mais ligada à importância do lugar, das suas raízes e gentes, do que propriamente uma opinião política ou económica deste tema. Contudo, é fácil perceber quais as principais divergências que provocam esta enorme divisão entre ricos e pobres, que levam a que a crise global seja cada vez mais notória. Num planeta com aproximadamente 7 biliões de habitantes¹⁾, com base nas relações sociais é nos indicado que 80% da população sobrevive com apenas 16% dos bens disponíveis, enquanto que apenas 20% da população usufrui de 84% dos bens disponíveis²⁾. Esta incompatibilidade tende a agravar, aumentando ainda mais o fosso entre ricos e pobres, entre países de economia dominante e países de economia dominada. Os sistemas económicos, políticos e culturais infelizmente são pensados de modo a canalizar as riquezas do mundo para uma minoria dominante. Isto porque numa situação de mercado, a ideia de necessidade e justiça é irrelevante; os bens destinam-se àqueles que podem pagar mais por eles, não sendo o desenvolvimento adequado às necessidades das pessoas e do ambiente. Os investimentos são feitos sobre o que promete um retorno mais rentável e imediato, como tal as necessidades das populações não são levadas em linha de conta.

¹ Publicado no Jornal Expresso (31 de outubro de 2011)

² Laszlo, Ervin “Tú puedes cambiar el mundo”, Col. Club de Budapest, Ed. Nowtilus saber, 2004

Dito isto, é nas pequenas comunidades que reside a solução e a possível fonte de investimento para um futuro melhor, mais equilibrado. Até muito recentemente, a maioria das pessoas vivia nessas pequenas comunidades, a vida em aglomerados urbanos é uma súbita condição na evolução da nossa espécie para a qual a nossa história e antecedentes não nos preparou. As comunidades rurais estão perto da principal fonte de subsistência – o campo, cultivo. Através do investimento nos meios rurais, tendo com base o desenvolvimento de “ecoaldeias”, que se fundamentam na união entre o desenvolvimento sustentável e a construção ecológica, é possível a emergência de uma nova mentalidade que leva a aplicação dos poucos recursos financeiros em projetos rentáveis que visam o desenvolvimento populacional local. Estas comunidades são locais onde os habitantes valorizam uma rede social de entreajuda e um estilo de vida ecologicamente sustentável e de baixo impacto ambiental, tanto no caso das aldeias tradicionais, em que a população se foca na sustentabilidade ambiental e social, assim como no caso das comunidades intencionalmente formadas por pessoas que decidem unir esforços e partilhar um estilo de vida sustentável. Mais do que uma reação ao materialismo e alienação de uma sociedade industrializada, procura-se perder as influências dessa sociedade e voltar aos valores e práticas da cultura tradicional. Tendo em conta o contexto mundial, o desenvolvimento ecologicamente sustentado é a chave do desenvolvimento social que procura uma alternativa civilizacional.

É necessário devolver a dignidade do lugar, recuperar os valores e as tradições que o definem. Só dando importância aos pormenores, se poderá atingir grandes feitos e assim poder reverter a situação atual pela qual passamos.

A título de curiosidade:

Ervin Laszlo diz-nos ainda: “Se os consumos médios americanos ou até mesmo europeus fossem generalizados ao resto das populações do mundo, seriam necessários dois planetas Terra, em 2020, para fornecer bens necessários para todo o consumo exponencial”. ■



O PAPEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

Sílvia Vale
Castelo Branco

Os territórios rurais são cada vez mais procurados, por todas as faixas etárias, pelos mais variados motivos, mas acima de tudo para fugir à azáfama da cidade. São procurados lugares onde a Natureza e o silêncio se tornam o melhor dos remédios.

Existe naturalmente um grande potencial nos meios mais rurais, devido a esta paz de espírito que facilmente se encontra, o que permite o recomeçar de uma nova vida e o reencontro de uma nova profissão.

Todos conhecemos pessoas que o fizeram, novos empreendedores que são chave fundamental para um novo despertar.

Cresci numa aldeia e tive a sorte de poder sentir aquilo a que eu chamo de vivência sustentável. Produzíamos quase tudo o que era necessário para a alimentação, a roupa reutilizava-se ou reciclava-se à medida que íamos crescendo. Havia muita criatividade neste aspeto, contudo essa criatividade foi-se perdendo à medida que fomos criando necessidades materiais motivadas pela atual sociedade. Que já não cria porque é mais fácil comprar feito.

De uma forma simplista destaco a importância que a agricultura tem nos meios rurais, e o que esta atividade representa a nível económico. Atualmente a agricultura já é vista como um emprego, ao contrário do que antigamente se considerava, uma vida dura diziam os meus avós.

Atualmente já identificamos pequenas e médias empresas tão variadas e com um nível técnico superior, como a produção de Ervas Aromáticas, Medicinais e Comestíveis, Produção de Cogumelos, Produção de Frutos Vermelhos, Produção de Vinho, Azeite, Castanha e outros frutos secos, as Fábricas de Enchidos entre muitas outras. De notar também o artesanato, que vem tendo um papel muito importante na economia das zonas mais rurais, e que deve ser preservado pela riqueza que encerra.

O Turismo de Natureza que tem também um forte potencial nos territórios rurais, acima de tudo pela sua diversa tipologia.

Naturalmente devemos ser sensatos quando falamos nestas possibilidades e outras que existirão seguramente. Para qualquer projeto é necessário investimento, é necessário ter-se terrenos, e para quem não possua estes dois “fatores”, as dificuldades podem ser enormes. Mas como disse atrás é necessário ser-se empreendedor, perseverante, verificar todas as possibilidades disponíveis e não desistir. Até porque nos meios rurais o que não faltam são terrenos abandonados, cujos donos provavelmente prefeririam ver utilizados, trabalhados.

A “crise” de que tanto se fala, exige que sejamos criativos e devemos interpretá-la como uma oportunidade e não como um facto.

A crise pode ser a mudança que os territórios rurais tanto precisam. ■

“O TURISMO DE NATUREZA TEM TAMBÉM UM FORTE POTENCIAL NOS TERRITÓRIOS RURAIS, ACIMA DE TUDO PELA SUA DIVERSA TIPOLOGIA.”



CRI(S)E?!

Filipa Carvalho

26 anos

Profissional de RVCC num
Centro Novas Oportunidades

“QUANDO ESCRITO EM CHINÊS A PALAVRA CRISE COMPÕE-SE DE DOIS CARATERES: UM REPRESENTA PERIGO E O OUTRO REPRESENTA OPORTUNIDADE.”

危機

John Kennedy

Como todos já sabem, ou porque a sentem ou porque só ouvem falar dela, a crise passou a ser *palavra de ordem* na nossa boca. Nós, cidadãos deste país, desta europa e deste mundo, se fossemos seres criativos e empreendedores, como muitos dos que para aí andam, teríamos oportunidade de ver a situação crise de duas perspetivas bem diferentes.

Sabiam que, na língua chinesa, escrita por ideogramas (símbolos que representam e transmitem uma ideia), crise é composta por dois ideogramas que simbolizam, um o perigo e outra oportunidade? Curioso, não acham?! Cabe-nos então, individualmente, enxergar se, de facto, o que temos presente é uma crise ou uma verdadeira oportunidade. Mais do que uma simbologia, é esta forma de encarar a adversidade que, no meu ponto de vista, tem levado empresários de todo o mundo a investir tanto em novos produtos, como em novas regiões e até em nichos de mercado.

Em Portugal, estas duas posturas completamente antagónicas também são diariamente observáveis. Enquanto muitos se lamentam, outros aproveitam para tirar o “S” à crise (crie) e criam, buscando, dessa forma, a melhor maneira de agir e de se fortalecer. Assim sendo, na BIS, os

territórios rurais também têm que fazer as suas escolhas. Descubram os pontos fortes do meio que vos envolve, potencializem o que sabem fazer e o que têm de único e melhor, arrisquem na mudança... **Empreender é para todos**, independentemente da nossa condição económica, social, ou dos nossos objetivos. Esta é uma magnífica ocasião para tentarmos fazer alguma coisa com a nossa própria vida. Começar um novo projeto pessoal, social ou empresarial, é a resposta adequada ao ambiente depressivo que nos rodeia. Como diz David Elhers, “*não corram atrás das borboletas, plantem uma flor no vosso jardim e todas as borboletas virão até ela*”.

Não se esqueçam de uma coisa, o **INTERIOR TAMBÉM É PORTUGAL**. Por isso, o papel dos municípios, na criação de emprego, é cada vez mais importante nos meios rurais. Vamos lutar para que sejam criadas condições específicas para concelhos de baixa densidade populacional, para que possamos aproveitar edifícios desocupados, dando origem a pequenas incubadoras de empresas de base local, com serviços partilhados, que possam facilitar a criação de novos negócios, por novos empresários e com o menor custo possível.

A BIS é um cantinho na serra plantado abençoado pela beleza da natureza, pela imponência das construções rurais, pelo encanto das tradições, pelos aromas e paladares cobiçados mundo fora... **POTENCIALIZEM**. Digam o que disserem, a crise está para o gasto, como a fome para a vontade de comer. Todos continuamos a beber, a comer, a ir de férias, a comprar mais e melhor e a ser cada vez mais exigentes com a qualidade de vida que nos proporcionamos. Poupar? Sim, temos de o fazer, mas ao mesmo tempo que vamos vivendo bem. Afinal de contas, alguém sabe quanto tempo cá vai andar?! “*Os avarentos ameam como se fossem viver para sempre, os pródigos dissipam, como se fossem morrer.*” Aristóteles ■

MONSANTO, IDANHA-A-NOVA

Monsanto, considerada a aldeia mais Portuguesa de Portugal, rica em história, património e digna de uma beleza natural que encanta a quem visita, tanto a aldeia como os “Lugares” que rodeiam o monte de Monsanto e que fazem parte da freguesia, nomes como **Adingeiro**, **Lugar Maria Martins**, **Relva**... escondem o que por vezes existe de mais lindo neste local. Percorrendo as estradas estreitas circundantes ao cabeço de Monsanto na expectativa de encontrar “as gentes” que ainda mantêm aquele lugar com vida, longe de toda a civilização moderna, descobrimos que as pessoas ainda labutam o seu pedaço de terreno para cultivar a horta, ocupando o seu tempo e poupando alguns “trocos” da sua pequena reforma.

As viagens por estes “Trilhos” transformam-se em momentos únicos quando encontramos **Pessoas** que, isoladas dos grandes centros urbanos, muito desconfiadas para quem chega com uma máquina fotográfica na mão, depois de uma pequena conversa, se derretem em sorrisos cúmplices a cada nova história relemburada. Conseguimos perceber então a riqueza que existe nas suas memórias e que nos faz viajar no tempo ultrapassando todas as fronteiras geracionais e geográficas. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo Maria Almeida da Luz - Lugar Maria Martins (Monsanto), Franklin - Lugar Maria Martins (Monsanto), António Caldeira - Relva (Monsanto), Agostinho dos Santos Dias - Lugar de Adingeiro (Monsanto)



MALPICA DO TEJO, CASTELO BRANCO

Ainda há rebuliço nesta aldeia. Dois petizes irrompem a pedalar desenfreadamente estrada fora, faces rosadas pelo esforço, olhos lacrimejantes e semicerrados pelo vento gélido matinal. Para trás deixam gargalhadas cristalinas a ecoar pelo silêncio empedrado das fachadas rurais. Mais acima, sobre uma valsa de lençóis ondulantes a corar ao sol, uma figura de negro estende a roupa como quem pendura um lamento em cada mola. Viúva recentemente, os olhos marejam de água assim que lhe abrimos um sorriso. No alto do campanário, o sino dá a hora do almoço. O

movimento cresce. Os estômagos já reclamam pelo aconchego da refeição depois do trabalho da terra. Dobramos uma esquina, e uns enormes olhos meigos fitam-nos atentamente. É o Carochinho, o burrinho simpático de um ainda mais simpático casal que recebia o conforto do sol na soleira da porta. Depressa nos envolvem num caloroso abraço de palavras, tão característico das gentes raianas, e que nos transporta para o ventre original de pertença de cada um. Aqui sentimo-nos em casa. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo Isabel Maria, Maria José Correia, José Dias Louro, Augusto Torres e Florinda Alves



A MAIOR E MAIS CRIATIVA TRADIÇÃO DE NATAL DO PAÍS – É O MADEIRO DE PENAMACOR!!!

Se já era considerado o maior de Portugal, 2011 veio consagrar o Madeiro de Penamacor como a mais criativa tradição de Natal Portuguesa. Num concurso online designado “Natal SIM by Samsung”, o prémio final foi uma curta-metragem que se veio a intitular **Madeiro de Penamacor “Terra do Fogo”** com assinatura e realização de Manuel Pureza. Num ano em que se pode considerar atípico para a tradição, pois o Grupo era maioritariamente constituído por raparigas. A tradição que nenhum penamacorense sabe ao certo em que ano iniciou... ganhou uma distinção há muito merecida. Verdade é que, se a tradição do Madeiro já era a mais tradicional de Penamacor, ganhar e ser a mais criativa de Portugal só veio confirmar como Penamacor tem muitos amigos espalhados por este país, não... por

esse mundo fora! De entre as 100 tradições que estavam a concurso, o Nosso “**Madeirinho**” ganhou aos pontos todas as outras... e só veio acentuar a necessidade de se consolidar a tradição, juntarmo-nos todos à volta da “fogueira” e não a deixar apagar tão depressa da lembrança das pessoas que depositaram os votos para que a “**Terra do Fogo**” marcasse mais pontos no mapa de Portugal. Um grupo de Amigos já deitou mãos à obra e a Confraria já rola de boca em boca. A malta de 1992 já arregaçou as mangas e já começou a sua caminhada para que este ano, nos dias 7, 8 e depois a 23 de dezembro, pela meia noite, mais uma vez no Adro da Igreja de Penamacor nada falte e entre canções, vinho, febras assadas e muita Alegria, se ouça na “**Terra do Fogo**” mais uma vez e sempre “Arde Madeirinhoooooo!!!”. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo Luís, João, Ana Filipa, Raquel; Ana Filipa, Raquel, Joana, Ana Seguro; Susana; Joana, António Alexandre, Ana Rita, Ana Seguro, Helena; Nuno, Hugo, Sócrates, Samuel, Paulinho



FOZ DO COBRÃO, VILA VELHA DE RÓDÃO

O vento bafejava-nos o rosto. Envolvia em danças as copas das árvores, que coroam o topo do Vale de Almourão. No profundo sopé, o rio Ocreza serpenteia o seu incansável e metódico percurso, por entre as encostas escarpadas da Serra das Talhadas, carregado de memórias embebidas em alegre canção até perder de vista.

Iniciamos a nossa descida até à localidade de Foz do Cobrão. Com uma língua quase pingando o chão, Fera, o popular cão da aldeia serve-nos de guia pelas sinuosas ruelas emolduradas pelo ocre do xisto das fachadas tradicionais. De focinho espetado no ar impregnado do cheiro a almoço, só descansa à soleira da porta da D. Belmira que, de porta aberta, cozinhava um aromático petisco e gentilmente nos oferece. Mesmo ao lado, os vizinhos desfiam trivialidades.

Acabrunhados de início com a nossa presença, depressa nos abraçam com o calor do olhar. Meia hora passada, e a conversa já vai longa. É tempo de regressar. Não nos deixam sair de mãos a abanar. Num repente, e antes de podermos negar, despacham generosamente um saco com bolinhos. “Para o caminho”, dizem.

De que é feito este carácter original, brotando do ventre da terra, ora rígido, inabalável às asperezas da vida, ora generoso, refulgente no ser e no agir, como se de um metal valioso se tratasse? Talvez seja de oiro, como aquele que, segundo dita uma velhinha lenda, se deposita no fundo da garganta das Portas de Almourão. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo Maria Cardoso Fernandes, Manuel Almeida, Maria Rosário Neto, Joaquim Silva



PRODER. EIXO III – GAL BIS (2º AVISO) - Os Números Candidaturas entradas - 2º aviso

	Designação do Projecto	Beneficiário	Aprovado	Despesa pública	Comp. %
3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego					
3.1.1 - Diversificação das Actividades na Exploração Agrícola					
00652011	Monte da Silveira: Agro-Turismo e Turismo Equestre	Espaço das Beiras Agriculturas Reunidas SA	252.300,00 €	151.380,00 €	60%
00482011	Monte do Forninho do Bispo - TER	Sociedade Olivícola Pecuária Jubesa	174.929,26 €	104.957,56 €	60%
00692010	Renato de Almeida Franco Frazão	Renato de Almeida Franco Frazão	156.447,98 €	93.868,79 €	60%
Montantes Totais			583.677,24 €	350.206,34 €	
3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego					
3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Microempresas					
00452011	Criação de Unidade de Fabrico de Bolaria e Confeitaria Tradicional	David & Mariana - Pastelaria e Confeitaria, Lda.	281.351,77 €	168.811,06 €	60%
00422011	Criação de Unidade Moderna de Fabrico de Empadas	Beira Salgados, Lda.	211.833,90 €	127.100,34 €	60%
00362011	Modernização do Processo Produtivo de Panificação	Padaria Canelas & Coelho, Lda.	60.650,48 €	30.325,24 €	50%
00382011	Fabrico de Pastelaria/Bolaria Tradicional	Desejo Guloso Indústria de Pastelaria, Lda.	177.453,07 €	106.471,84 €	60%
00372011	Criação de Novos Serviços - Pronto Socorro a Pesados	Auto Fratelense - Reboques e Reparações, Lda.	210.820,49 €	126.492,29 €	60%
00402011	Construção de uma Oficina de Reparações e Manutenção de Automóveis	Nélson Diogo Car - Reparação e Manutenção Automóvel, Unipessoal, Lda.	204.034,20 €	122.420,52 €	60%
00412011	Criação de Nova Unidade de Fabricação de Produtos Metálicos	António Manuel Figueiredo Sanches	136.300,44 €	81.780,26 €	60%
00532011	Desenvolver a Empresa Domingos Gerales	Domingos Martins Gerales	160.588,22 €	96.352,93 €	60%
Montantes Totais			1.443.032,57 €	859.754,49 €	
3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego					
3.1.3 - Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer					
00462011	Tapada Mira Castiço: Casas de Campo	José Diogo Santos Price Galvão Castiço	232.237,70 €	139.342,62 €	60%
00442011	Remodelação e Adaptação de uma Edificação para Turismo em Espaço Rural	Bélos & Ricos, Lda	191.782,33 €	115.069,40 €	60%
00542011	Casa D'Aldeia - Turismo no Espaço Rural	Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio Freire	96.245,51 €	48.122,76 €	50%
00502011	Requalificação da Piscina e Envolvente	Quinta da Bigorna - Hotelaria e Restauração Lda.	203.668,00 €	85.540,56 €	42%
00642011	Requalificação / Modernização do Picadeiro da Quinta da Aldeã	Picadeiro da Quinta da Aldeã, Lda.	76.740,00 €	38.370,00 €	50%
00472011	Criação de Alojamentos Turísticos - FozCobraoTur	Fozcobaotur - Turismo Rural Lda.	159.515,40 €	79.757,70 €	50%
00702011	Nação Park - Construção de Parque de Animação	Carlos Alberto Amaro Ribeiro	160.085,21 €	96.051,13 €	60%
Montantes Totais			960.188,94 €	602.254,16 €	
3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida					
3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural					
00392011	Estudo, Preservação e Valorização da Calçada da Telhada	Associação de Estudos do Alto Tejo	26.193,90 €	15.716,34 €	60%
00612011	Bordado de Castelo Branco - Preservar e Valorizar a Identidade Beirã	ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul	129.200,00 €	77.520,00 €	60%
00432011	Valorização e Dinamização do Cais de Ródão	Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão	200.000,00 €	120.000,00 €	60%
00582011	Refuncionalização de Edifício Multifunções	Freguesia de Zebreira	65.894,13 €	39.536,48 €	60%
00562011	Valorização da imagem dos músicos da Sociedade Filarmónica de Tinalhas	Sociedade Filarmónica de Tinalhas	13.693,47 €	8.216,08 €	60%
00572011	Recuperação do Forno comunitário de Vale de Senhora da Póvoa	Freguesia de Vale de Senhora da Póvoa	58.250,65 €	34.950,39 €	60%
00522011	Reconstrução de Forno Tradicional	Freguesia de Retaxo	14.801,28 €	8.880,77 €	60%
00602011	Refuncionalização da Casa Social da Confraria de Nossa Senhora do Almortão	Confraria de Nossa Senhora do Almortão	106.045,20 €	63.627,12 €	60%
Montantes Totais			614.078,63 €	368.447,18 €	
3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida					
3.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural					
00632011	Ampliação e Melhoria das Infra-estruturas de Apoio à Resposta Social	Lar Major Rato	244.151,79 €	183.113,84 €	75%
Montantes Totais			244.151,79 €	183.113,84 €	
Montante TOTAL dos 27 pedidos de apoio aprovados			4.005.214,38 €	2.363.776,02 €	

PRODER. EIXO III – GAL BIS (2º AVISO) - Os Projetos

Beira Salgados, Lda. Criação de Unidade Moderna de Fabrico de Empadas

Medida: 3.1. Diversificação da economia e criação de emprego
Ação: 3.1.2. Criação e desenvolvimento de microempresas



O projeto prevê a criação de uma nova unidade industrial para a confeção de empadas tradicionais e aquisição de equipamento moderno, em Idanha-a-Nova. A empresa ficará assim dotada de uma unidade de fabrico moderna e funcional, com todas as condições em termos de layout produtivo, condições de higiene e sanidade, logísticas e de escoamento do produto, que lhe permitirão fortalecer a posição no mercado, de forma interligada e concertada, e consolidar a sua situação económica. “Com o apoio do quadro comunitário, não temos necessidade de recorrer tanto à banca, logo a nossa taxa de esforço mensal será menor a nível de encargos”, acredita Nuno Balhau, sócio-gerente da Beira Salgados. Com a implementação do projeto, a empresa colocar-se-á num patamar de referência no setor alimentar, concorrendo diretamente para mercados mais competitivos e com maior escala de produção, dignificando a excelência das empadas, a arte de bem-fazer e contribuindo para a valorização e afirmação dos produtos tradicionais de excelência produzidos na região. “Neste momento, já garantimos o fornecimento de empadas para grandes cadeias de lojas como o Lidl e o Pingo Doce, mas o nosso objetivo passa por cobrir integralmente o território nacional destes canais de distribuição. Além disso, estamos a apostar fortemente em novos mercados e na exportação do produto”, conclui o empresário.

Tapada Mira Castiço Casa de Campo

Medida: 3.1. Diversificação da Economia e Criação de Emprego
Ação: 3.1.3. Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer



É um projeto de vida a dois que pretendem ver estendido por longo prazo, sempre tendo em vista novas ideias para a rentabilização de todo o espaço. Assim o esperam os jovens José Diogo Castiço e Andreia, que herdaram uma propriedade, em Monsanto, que candidataram ao PRODER para a instalação de um empreendimento de turismo em espaço rural, com capacidade para 14 pessoas, e criação de uma oferta turística diversificada e inovadora - ecoturismo, turismo equestre, fotografia, gastronomia, etc. -, assente na valorização do património e dos produtos da região. O projeto inclui a requalificação e valorização do edificado existente (casario, lagar e Casa da Mó), mantendo a traça original. Foram já estabelecidas um conjunto de parcerias com entidades da região para a dinamização da oferta turística, de modo a aumentar a taxa de ocupação e assegurar a sustentabilidade do investimento. «Acredito piamente na capacidade de parceria que deve ser gerada em meios pequenos. O principal foco que nós queremos manter com a comunidade e com os promotores já existentes e com outros que venham a ser criados é realmente fazer parte desse círculo e trabalhar em conjunto, não só como estadia mas como empresa que providenciará serviços diferenciados», explica José Diogo Castiço.

Valorização e Dinamização do Cais de Ródão

Medida: 3.2. Melhoria da qualidade de vida

Ação: 3.2.1. Conservação e valorização do património rural

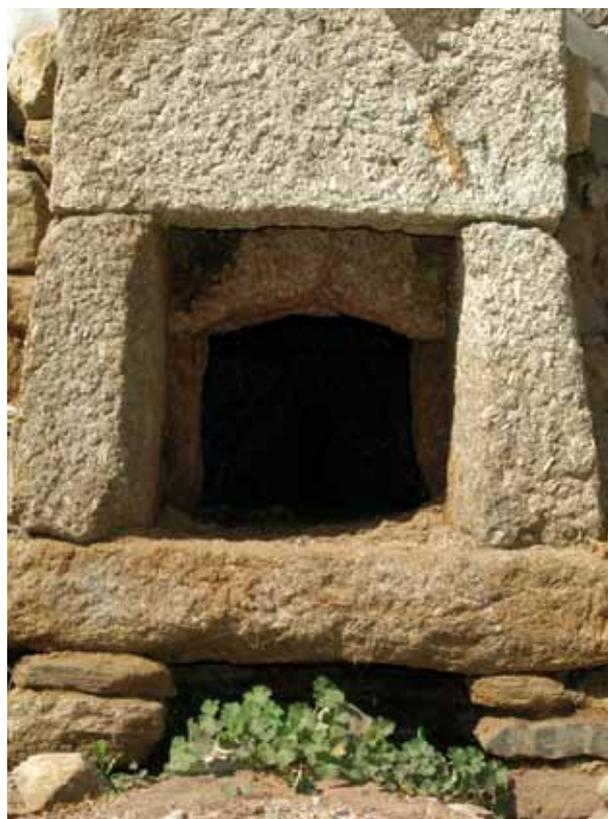


Num concelho reduzido do ponto de vista populacional, mas muito rico em património natural e cultural, a autarquia de Vila Velha de Ródão tem procurado criar alternativas de forma a combater a desertificação, apostando em investimentos que garantam maior atratividade do ponto de vista cultural e social. Neste sentido, o município candidatou ao PRODER um projeto de valorização e dinamização do Cais de Ródão, que consiste na construção de um equipamento de apoio (Quiosque Bar) e todo um conjunto de infraestruturas na zona envolvente ao cais, na margem direita do Rio Tejo. O investimento prevê a potenciação da utilização do cais em articulação com o parque de campismo rural, o parque de caravanismo e centro náutico, o passeio pedonal junto ao rio Tejo e ponte sobre o Enxarrique, e também com o Lagar de Varas, com ligação ao cais através da construção de um muro de sirga. “Esta obra vem preencher um vazio existente na área do turismo cultural e natural. Há cada vez mais pessoas que procuram o contacto com a natureza e com a vida ao ar livre e que fogem das tradicionais férias em hotéis e estalagens”, esclarece Maria do Carmo Sequeira, presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão. A obra, que vai permitir a criação de um percurso que pode ser percorrido totalmente a pé conectando vários pontos turísticos, pretende simultaneamente estimular o investimento privado e assegurar condições para a criação local de emprego.

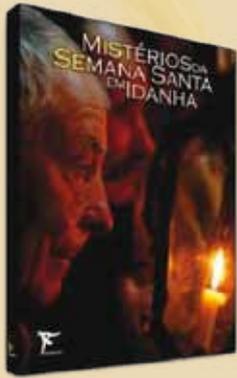
Recuperação do Forno Comunitário de Vale da Senhora da Póvoa

Medida: 3.2. Melhoria da qualidade de vida

Ação: 3.2.1. Conservação e valorização do património rural



A requalificação do forno comunitário de Vale da Senhora da Póvoa, Penamacor, surge na sequência da recuperação de um estilo de vida ancestral que se baseava na agricultura como forma de subsistência e que, a partir do cultivo e moagem dos cereais, desenvolvia um conjunto de atividades sócioeconómicas, sobretudo na área da panificação, que enriqueciam cultural e economicamente a comunidade. O novo forno comunitário permitirá preservar este património tradicional construído, no sentido da valorização do território junto dos seus visitantes. “Quem hoje visita as nossas aldeias tem uma certa apetência por este tipo de património, pelo que prevemos que esta obra venha fomentar o turismo na freguesia”, espera António Reis Bogas, presidente da Junta. Para além da vertente turística e do objetivo de preservação da memória e identidade coletiva da população, das suas práticas e costumes tradicionais, o projeto almeja a criação de novas oportunidades de investimento à iniciativa privada. “A nossa ideia era deixá-lo à exploração de um privado, sempre representaria a criação de mais um ou dois postos de trabalho. Caso isso não se verifique, será um espaço devidamente equipado para que a população possa confeccionar iguarias gastronómicas tradicionais, como pão, doces e carnes”, salienta o autarca.



LIVRO “MISTÉRIOS DA SEMANA SANTA EM IDANHA”

A Progestur - Associação cultural para a promoção, gestão e desenvolvimento do turismo cultural português, com a colaboração da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, ADRACES e Inatel, tem vindo a desenvolver o projeto “Mistérios da Semana Santa em Idanha”. O livro homónimo, de autoria de António Catana (textos) e Hélder Ferreira (fotografia) e com prefácio de D. Manuel Clemente, foi desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos, possibilitando o acompanhamento das festividades da Semana Santa no concelho de Idanha. Retrata a riqueza das encenações, de uma enorme originalidade em termos mundiais, que se diferenciam de freguesia para freguesia, todas elas únicas e de grande beleza, apresentando-se num ambiente não só de fé mas também com influências de rituais pagãos, judaicos ou mesmo templários.

Este projeto, na sua primeira fase (2012), consiste na elaboração do livro homónimo, apresentações em Lisboa, Idanha, Porto e Zamora e realização de uma exposição itinerante. Mais tarde, visa uma candidatura à Lista da Unesco para a Salvaguarda do Património Imaterial da Humanidade.

A 1ª sessão de apresentação do livro teve lugar no dia 28 de março no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. No dia 7 de abril foi a vez de Idanha-a-Nova acolher o evento no Fórum Cultural de Idanha-a-Nova.

CREMP BEIRA INTERIOR SUL: EMPREENDER NO FEMININO

A ADRACES tem apostado, de forma estratégica e pró-ativa, na formalização e dinamização de redes de cooperação ao longo de toda a sua atividade. Neste sentido, e para a implementação do SP 3 do PRODER/Abordagem Leader, a ADRACES em parceria com a Monte-ACE propõe um projeto de cooperação centrado no empreendedorismo, base de interesse dos dois parceiros, com o objetivo central de contribuir para o crescimento regional dos dois territórios e aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, reforçando competências nos domínios do empreendedorismo, inovação e novas tecnologias de informação. No território de intervenção da ADRACES, entre as principais ações a desenvolver, destaca-se a criação do Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino na Beira Interior Sul (CREmpBIS) para o apoio especializado, análise de necessidades e oportunidades a mulheres empreendedoras e com espírito de liderança, promovendo o incentivo à criação de empresas e criação de uma rede de trabalho colaborativo, com vista a aumentar o nível do autoemprego, sobretudo no género feminino.

Com o desenvolvimento desta estratégia conjunta, os territórios envolvidos têm a possibilidade de aprofundar parceriados e modelos de atuação, através da troca de experiências entre empresas geridas ou criadas por mulheres, numa perspetiva de internacionalização e inovação de produtos e serviços, permitindo abrir novas conjunturas de mercado e de desenvolvimento para os públicos em causa.

CURSO EFA GARANTE TRABALHO A FORMANDOS EM PENAMACOR

O curso EFA Agente em Geriatria, de nível 2, dirigido a adultos ativos, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano, que a ADRACES promoveu entre 2010/2011, programado de acordo com necessidades efetivas de um território com alto nível de envelhecimento e que apresentava uma lacuna de profissionais no setor, deu frutos. Numa parceria com a Segurança Social, a formação garantiu a colocação de seis dos nove formandos que concluíram o curso em instituições de solidariedade social do concelho de Penamacor. O curso - num total de 1960 horas: 1840h em módulos de teórico-práticas em sala e 120h de práticas em contexto de trabalho (Estágio) - preparou os formandos no sentido da prestação de cuidados de apoio direto a idosos, no domicílio e em contexto institucional, nomeadamente, lares e centros de dia, zelando pelo seu bem-estar físico, psicológico e social, de acordo com as indicações da equipa técnica e os princípios deontológicos. Esta formação, para além de facultar a aquisição de competências à população do mundo rural, revelou repercussões positivas na inserção de novos ativos no mercado de trabalho, num território geralmente conotado com a falta de oportunidades laborais.

A GRANDE TRANSIÇÃO PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO MUNDO RURAL

António Covas

[Universidade do Algarve]

Imagine

You may say

I´m a dreamer

But I´m not the only one

I hope some day

You will join us

And the world will live as one

John Lennon

Sermão aos bem-aventurados

Imagine-se uma sociedade onde a atividade humana foi concebida e organizada para promover o bem-estar dos cidadãos, a sua saúde física e psicológica, as boas relações de vizinhança e sociabilidade, em íntima associação com o meio ambiente envolvente, numa perspetiva socioecológica em que o papel da paisagem e dos ecossistemas é determinante para ordenar o território e reconfigurar as relações cidade-campo.

Imagine-se uma sociedade que atribui prioridade política elevada à constituição de uma reserva estratégica alimentar, promovendo, por essa via, o renascimento de múltiplas formas de agricultura, convencionais, biológicas e ecológicas, e uma ocupação mais diversificada das várias parcelas do território nacional, em íntima associação com estratégias agroflorestais bem conduzidas, no quadro de sistemas produtivos locais mais inovadores e de maior valor acrescentado.

Imagine-se uma sociedade que atribui prioridade política elevada à promoção de uma floresta de fins múltiplos, através de uma oferta de bens e serviços diversificada que vai desde o sequestro de carbono até à biomassa energética com passagem obrigatória pela prestação dos serviços ecossistémicos que são essenciais à qualidade de vida de todos os seres vivos.

Imagine-se uma sociedade que atribui prioridade política elevada às políticas do mar e dos recursos marinhos, numa estratégia de fins múltiplos e num *continuum natural* que vai da serra aos fundos oceânicos.

Imagine-se uma sociedade que atribui prioridade política elevada à construção de uma base energética renovável com a formação de núcleos integrados e descentralizados de produção energética, em redes integradas de microgeração, e em que o consumidor se torna, também, produtor de energia.

Imagine-se uma sociedade que atribui prioridade política elevada à formação de uma malha policêntrica de cidades médias que ajudem a reequilibrar o território, cidades-território perfeitamente integradas na paisagem e nos ecossistemas envolventes e em que as respetivas estruturas ecológicas municipais desempenham um papel central no desenho do interface cidade-campo: circulares verdes, corredores ecológicos de penetração, parques agroecológicos municipais, núcleos bioclimáticos, sistemas integrados de microgeração.

Imagine-se uma sociedade que atribui prioridade política elevada à reinvenção do ambiente urbano onde a arquitetura paisagística e a engenharia bio-





física podem ajudar a restaurar o metabolismo vital da cidade, a renaturalizar a circulação de alguns dos seus elementos essenciais à vida, a imaginar jardins multifuncionais decorativos, aromáticos e biodepuradores, por meio dos quais se aprende a respeitar os ciclos da natureza, numa atmosfera de conforto, beleza e saúde espiritual.

Imagine-se uma sociedade constituída por cidades que fazem dos seus programas de sustentabilidade (ambiente, educação e saúde pública) a sua principal razão de ser: a importância da paisagem e dos ecossistemas na qualidade de vida dos cidadãos e, neste quadro, o restabelecimento de mosaicos paisagísticos e habitats fragmentados, a adoção de uma política local de redução, reciclagem e reutilização de resíduos e de programas de poupança e eficiência energética que são a forma de energia mais barata disponível, a recuperação de linhas de água impermeabilizadas e de solos agrícolas urbanizados, a restauração de bosquetes maltratados, o reenquadramento paisagístico da edificação dispersa assim como dos logradouros inóspitos e da agricultura urbana existente, por último, a abordagem a fazer ao espaço de articulação e mobilidade peri-urbano que pode gerar uma nova estrutura de oportunidades, em particular, na forma com se programam os equipamentos coletivos, os espaços verdes e os corredores ecológicos e suas ligações com as explorações agrícolas, os sistemas agroflorestais e as amenidades rurais que servem o turismo na sua área de influência.

Imagine-se uma sociedade que atribui uma prioridade política elevada aos valores do ordenamento

do território e urbanismo, onde os equipamentos coletivos pesados e com maior impacto físico, expressão material do poder político, não sejam os atores principais do desenho urbano mas onde, seguindo uma estratégia que visa combater a monotonia dos subúrbios e a monofuncionalidade dos espaços, se procede à conversão progressiva de uma cidade artificialmente zonada e compactada numa cidade que respeita a morfologia dos elementos naturais e os valores cénicos da paisagem humanizada.

Imagine-se uma sociedade onde as áreas de paisagem protegida não são santuários ou manifestações corporativas de escola mas, antes, espaços integrados de produção, conservação e recreação, segundo uma conceção de ordem geral que considera a biodiversidade, os ecossistemas e os serviços ecossistémicos como elementos essenciais à vida em toda a comunidade, que devem ser respeitados por todos os sistemas de produção e não apenas por aqueles que devido à sua especial fragilidade estão acantonados em áreas de paisagem protegida, enquanto, ao mesmo tempo, se age, levianamente, sobre recursos naturais que são imprescindíveis à renovação do stock de capital natural.

Imagine-se, finalmente, uma sociedade onde toda a atividade humana está concebida e organizada para promover uma economia de baixa entropia ou intensidade carbónica, assente num baixo consumo de capital natural, de matéria e energia, e no uso intensivo de trabalho e conhecimento, construindo com base numa economia da prosperidade uma nova ecologia humana. ■



NATURTEJO BONS PRENÚNCIOS!

Domingos Santos

[Docente do Instituto Politécnico
de Castelo Branco (IPCB)]

Os recursos do território são a marca da especificidade das regiões. No atual quadro de globalização e de massificação do consumo, existe, paradoxalmente, uma procura crescente para o que as regiões têm de peculiar, especial e intransferível. Nessa perspetiva, uma das vias de criação de emprego mais promissoras que se abre aos espaços rurais assenta nos chamados recursos do território. Com o desmoronamento do modelo rural baseado na atividade agrícola, há que saber aproveitar e valorizar projetos empresariais que entronquem na valorização e exploração do património natural e cultural local.

Este é um grande desafio para o mundo rural: organizar-se como território ativo, ser capaz de ir (re) criando recursos específicos e intransferíveis, mediante um perfil de inovação em que os produtos e as técnicas, gradativamente diferenciados e melhorados, assentem na paisagem, na cultura e no saber-fazer historicamente acumulado. É fazer da especificidade local a norma fundamental de qualidade e de afirmação competitiva, associando os produtos ao prestígio de um determinado território ou de um espaço natural. cremos que o ambiente, os recursos naturais, o património e a paisagem constituem recursos do território que interessa valorizar numa tripla perspetiva: de salvaguarda do património natural, de preservação de fatores identitários regionais e de mobilização de elementos em que se podem apoiar novas atividades geradoras de emprego e riqueza.

A chegada ao mercado do património como fonte de atração turística deve obrigar os diferentes agentes a definirem, claramente, qual é o produto que pretendem colocar comercialmente, numa ótica de afirmação de vantagens comparativas e de diferenciação. Este é um ponto de partida decisivo para evitar deceções, fiascos e despender energia e meios sem, verdadeiramente, perceber o que é que pode dotar de significado e conteúdo o produto turístico local e regional.

É esse o grande desafio que se coloca ao Geopark Naturtejo, enquanto entidade supramunicipal que, partindo da riqueza do legado geológico, visa, no fundo, criar escala, articular e dar coerência às intervenções dos agentes públicos e privados neste território, numa ótica de promoção do desenvolvimento sustentável. Num quadro de acérrima competição à escala internacional, essa não é uma aposta de fácil concretização. Mas os sinais que são conhecidos deixam bons augúrios. A transformação de um cabaz avulso de recursos naturais e culturais num produto multifacetado mas único, com bilhete de identidade, vendável à escala internacional, sem descaracterizar ou desvirtuar as comunidades locais e o seu património, parece estar a trilhar bons caminhos. Mas, repito, não é tarefa fácil, a de oferecer experiências de autenticidade num mundo rural que, pela tendência estrutural de esvaziamento demográfico, económico e cultural que tem sofrido, de genuíno, tem cada vez menos.

Apesar de todos os esforços realizados no sentido de existir uma interseção entre a cultura e o turismo, permanece ainda um longo caminho a percorrer no que toca à implementação de uma política concertada e efetiva entre os setores da cultura, do património e do turismo, no quadro de uma perspetiva mais ampla de animação das sociedades e economias locais. Isso significa ultrapassar a tradicional abordagem sectorial ou por fileira, enveredando por um modelo de intervenção transversal e territorial. Sem incorrer nas armadilhas de uma excessiva museificação ou patrimonialização.

Seria muito interessante, e útil, que esse feliz *casamento* que a Naturtejo persegue como linha estratégica de ação, entre objetivos conservacionistas e objetivos de desenvolvimento, pudesse ainda ser aprofundado, quer, por exemplo, com ligações ao aparelho educativo e formativo regional (guias turísticos, ...), quer com ligações à economia do território, nomeadamente às atividades de pequena escala, como o artesanato, as indústrias agroalimentares e os serviços.

É necessário identificar e caracterizar as características de desenvolvimento baseadas na identidade dos diferentes espaços, na sua história, nos seus recursos materiais e imateriais. É neste sentido que os processos endógenos de desenvolvimento podem adquirir especial significado e coerência, permitindo que as economias locais e regionais cresçam com base no potencial de desenvolvimento existente nesses territórios. Trata-se, no fundo, de proceder a uma releitura da noção de património, acrescentar-lhe valor e colocá-lo ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento local, indo ao encontro do futuro desejado por essas comunidades rurais.

Pela estratégia que tem sido prosseguida, pela tentativa de partir para os mercados globais com o trabalho de casa feito, pelo esforço em fazer bem e em moldes profissionais, a Naturtejo é, já hoje, um exemplo reconhecido no país e mesmo além-fronteiras, o que não deixa de ser sintomático da qualidade e do empenho colocados no projeto. ■



TERRITÓRIOS OU MENTALIDADES EM CRISE?

Lopes Marcelo

Quando falamos de território, é bom que nos entendamos que não é só importante a vertente física, dos recursos naturais, das características dos terrenos e do clima. É sobre o território humanizado por sucessivas gerações, património produtivo moldado pelo engenho e arte ao longo da história, que nos interessa reflectir. Logo, dando destaque às *vertentes social e cultural*, quer no sentido material, quer imaterial.

Durante as últimas décadas, os líderes do nosso país, os gestores de empresas e os fazedores de opinião, aproveitaram todos os tempos de antena para nos motivarem a ser ambiciosos e competitivos. Era preciso que deixássemos de ser «provincianos», que nos desligássemos do que temos à nossa beira já que as nossas «pobres terrinhas» pouco importavam. Devíamos ser modernos, cosmopolitas e europeus! Disseram, insistiram, gastaram o nosso dinheiro em festas e em eventos de divulgação e publicidade para nos convencerem que era urgente evoluirmos e que *evoluir era desejar, preferir e copiar o que vinha lá de fora!* Que a democracia (pelo menos a representativa que delega tudo nos chefes eleitos) estava garantida pelo facto de estarmos na Europa, que estávamos bem acompanhados e amparados no dito progresso solidário europeu. Que o dinheiro e o crédito abundavam e nada nos ia faltar! Que era preciso olhar longe, com ambição para que acompanhássemos o modelo europeu no dito progresso dos outros países europeus!

Como resultado de tal motivação encantatória pro-
palada como desígnio nacional e bandeira levantada
por gestores e políticos tão bons alunos assumidos da
lição europeia, foi lavrando a mentalidade do moder-
nismo cosmopolita e consumista! O nosso território
pouco importava, as pessoas desenraizarem-se e as
nossas terras empobrecerem, pouco importava! As
identidades, os valores e as tradições, foram coisas de
pouca importância para as mentalidades do dito pro-
gresso. *Romper, rasgar, ir em frente, obter resultados
de pressa e para as estatísticas, era o que importava!*

E agora, no final da linha, *no final de ciclo* como os
sempre bem-falantes políticos e gestores dizem, o que
é que encontramos? Não o nosso país em verdadeiro
progresso, mas antes endividado, cada vez mais de-
sigual e em rutura económica e social! Seremos nós
capazes de questionar o rumo que foi seguido? De re-
encontrar o país real? De defender e estimar as nossas
terras, as nossas capacidades de produção? De valori-
zarmos o que temos à nossa beira, o que é nosso e nos
diferencia, no fundo as nossas identidades?

1 - O que valem as identidades?

Eis uma questão essencial para a fecunda liga-
ção do passado com o futuro, mas que, para
as mentalidades do dito progresso rápido e
descartável, tem muito pouca importância!
Então, a crise não será sobretudo de mentali-
dades? Não está à vista o progressivo desapa-
recimento dos produtos típicos, genuínos e
naturais, dos saberes-fazer, dos sabores e sa-
beres, da postura de afetos e valores que vão
morrendo por asfixia económica e social?

2 - Podem especializar-se as periferias?

A moldura e a mentalidade de isolamento
que manteve um vasto mundo rural pobre e
bloqueado romperam-se definitivamente! O
isolamento derivava das mentalidades e do
peso da distância económica e social (tempo e
custos das acessibilidades), que condicionava
a localização dos investimentos e bloqueava as
iniciativas no território.

No modelo de mercado aberto, não resta alter-
nativa a não ser *as especializações naturais*,
com base na especificidade dos recursos e atri-
butos do território e nos saberes da sua popu-
lação. Os territórios de baixa densidade têm
espaço para produzirem com qualidade produ-
tos genuínos e limpos, integrando mais-valias
ambientais e culturais próprias que decorrem
da sua história, modos de produção naturais e
tecnologias humanizadas.

3 - Território e cidadania!

Não há territórios definitivamente pobres ou
condenados à desertificação e à morte econó-
mica e social. Existem é territórios com maior
ou menor atraso *em função da incapacidade
para definir prioridades*, assumir políticas,
planejar intervenções e concretizar estratégias
que se traduzam em projetos no terreno. Este
é o pano de fundo em que é impressa a foto-
grafia dos nossos dirigentes!

4 - Marketing territorial!

Importa trazer para a economia dos nossos
dias e dar relevo às *identidades locais: geo-
gráficas, patrimoniais e produtivas*. É vital
reconhecer e aproveitar a especialização dos
nossos territórios sem qualquer complexo de
inferioridade, com os pés bem assentes no ter-
reno, nas relações solidárias de proximidade,
na vibração das raízes das tradições e dos laços
de origem que compõem a nossa *cidadania
territorial*. E dar-lhes expressão económica e
cultural, através de *marcas que assegurem a
visibilidade* da oferta, representa a ponte cria-
tiva entre tradição e modernidade!

5 - A escola e o território!

A imagem e a identidade de cada território
não é um dado adquirido e imutável, antes
tem que ver com a evolução das mentalidades
e o modo de ser e de estar da sua população. A
escola interpreta e reproduz os laços e os va-
lores que moldam a consciência coletiva. Ao
longo do século passado, a imagem do mundo
rural era de muito atraso e de bloqueamento
de que a escola ajudava a fugir.

Alteraram-se as condições de vida, mas a esco-
la não tem demonstrado respeito, nem grande
abertura às artes e ofícios (*verdadeiros alfa-
betos funcionais do mundo rural*), fechando-
se às características do território envolvente.
Também aqui se torna evidente uma crise de
de mentalidades, comprometendo a dinâmica
positiva do processo afetivo de afiliação e de
inserção dos nossos jovens no seu território.
Casar a escola com o território, abrindo-se de-
signadamente aos artesãos, aos testemunhos
de vida e às memórias históricas, constitui
todo um processo de revitalização essencial
à dignificação das condições de vida das pes-
soas e do seu território. É o território, com as
pessoas, que justificam e dão sentido à escola
e não o contrário! É o território e as pessoas
que dão sentido ao país e não o contrário! ■



O BODO DE MONFORTINHO

18 a 20 de abril de 2012

Monfortinho

Encostada à Serra de Penha Garcia e com o Rio Erges a separá-la de Espanha, Monfortinho é uma freguesia muito antiga do concelho de Idanha-a-Nova e cuja importância social decresceu, em grande parte, após a invasão espanhola de 1640. Distanto cerca de 75 km da sede de distrito, Castelo Branco, Monfortinho conta, hoje, com um total de 536 habitantes (segundo os Censos 2011), distribuídos por uma área de 53,18 km², e agrega ainda duas anexas - Termas de Monfortinho e Torre.

A sua proximidade à Serra de Penha Garcia garante à freguesia águas de excelente qualidade, com aproveitamento termal devido ao seu teor hipossalínico, aconselhadas para fígado e vias biliares, intestinos, pele e aparelho locomotor, e que são exploradas atualmente nas Termas de Monfortinho pelo grupo hoteleiro Ô Hotels & Resorts.

Os vastos terrenos que circundam a freguesia, prenes em fauna e flora selvagem, tornam a freguesia num dos lugares eleitos em todo o país pelos amantes de cinegética para a sua prática. Veado, gamo, muflão, pato, perdiz são algumas das espécies mais procuradas em batidas e montarias que se realizam anualmente, em época venatória, pelas associações de caça e outras organizações locais.

O Bodo

A origem

O motivo da realização da festa não será nada alheio a quem habita por terras raianas. Lá num tempo já longínquo, corria o ano de 1877, uma praga de gafanhotos dizimou os campos e searas da região. Monfortinho também não escapou à calamidade. Um pouco por toda a BIS, a população, sobretudo agricultores, recorreu aos seus santinhos mais devotos e fez promessas de grande fervor que acabaram por ser atendidas. Ainda hoje, como agradecimento pelo milagre prestado, se comemoram anualmente festividades religiosas em honra de virgens e santos, um pouco por todo o território. Em Monfortinho, as honras são concedidas a Nossa Senhora da Consolação, através da realização de um bodo ofertado a todos os forasteiros que visitassem a freguesia na segunda-feira de Páscoa. Foi assim até 1905, ano em que Salvaterra do Extremo, atendendo às reclamações dos mais idosos devido à longa distância que os separava de Monfortinho, decidiu realizar o seu próprio bodo no mesmo dia. Por opção, Monfortinho alterou, a partir de então, a data do bodo para o décimo dia depois da Páscoa.



A originalidade

O popular festejo ancestral tem, na sua essência, um carácter especial, que o distingue das demais manifestações religiosas congêneres. O Bodo é a celebração da comida e da sobrevivência, assente na dádiva ao próximo, na partilha de bens, na união e na entreativa de toda uma comunidade. São nomeados anualmente apenas 6 festeiros, mas que poderão contar com a pronta disponibilidade do povo da aldeia. Para conseguir angariar dinheiro para a realização da festa, os mordomos fazem peditórios pela localidade e pelas freguesias vizinhas. Quando não há dinheiro para doar, há sempre os produtos frescos da horta que depois podem ser vendidos. “ Há pessoas que vivem muito mal, mas que passam o ano a guardar dinheiro para dar à festa. E quando não podem mesmo, arranjam sempre outras formas de dar o seu contributo. As pessoas são muito devotas a esta santa, tanto os mais idosos como os jovens dão tudo de si para que esta tradição nunca termine”, explica Florença Poças, uma das festeiras da edição de 2012. O restante montante necessário é conseguido através do esforço dos festeiros na procura de patrocínios e através da receita obtida na realização de outras festas ao longo do ano. A câmara municipal de Idanha-a-Nova também contribui com o seu quinhão. O espírito de solidariedade desta comemoração assume contornos ainda mais evidentes quando não esquece os mais necessitados. “Nós não servimos a comida apenas no recinto. Há muita gente doente, acamada ou viúva na freguesia. Então, os festeiros novos e velhos reúnem-se e vão distribuir a comida a casa dessas pessoas. Já estão à espera de nos ver e de nos receber. Eu sinto que estou a fazer uma coisa realmente importante pelas pessoas de Monfortinho, pelo bem da comunidade. Não sou natural da freguesia, mas já me sinto uma filha da terra pelo acolhimento caloroso que recebi”, conclui Florença.

A festa passo-a-passo

A festa inclui procissão, missa, animação musical, feira/mercado, concurso de tiro ao prato, e comida e bebida para todos os habitantes e forasteiros durante três dias. Tem início na segunda-feira com a feitura de bolos, que são posteriormente divididos por toda a população da freguesia. Na terça à tarde, ou quarta de manhã, traz-se o gado do matadouro e as pessoas do povo vêm ajudar a partir a carne. Na quarta, à noite, já é servida comida aos habitantes - prova dos rins, fígado e mioleira. A quinta-feira é destinada à festa principal, dia dos forasteiros. Tem lugar a procissão às 11h, acompanhada de banda filarmónica. A sexta-feira é o dia do povo, onde as pessoas de Monfortinho se juntam à mesa para comemorar a festa. Nesse dia, para além do almoço e jantar, há também a caldeira - os festeiros desse ano e os que foram nomeados para o ano seguinte saem pelas ruas com uma caldeira de vinho e de carne para distribuírem por toda a aldeia. Junto vai um acordeonista e todos cantam canções tradicionais.

Curiosidades

- Em anos difíceis, cuja realização do bodo esteja comprometida pela falta de dinheiro, os homens da freguesia saem à rua com uma colcha pendurada num prego, percorrem as ruas das aldeias e as pessoas vão atirando notas para cima da colcha.
- Serão usados 2000 quilos de carne e 1000 litros de vinho na preparação das refeições.
- São contratadas 10 mulheres para ajudar na preparação e limpeza da festa, um cozinheiro e um ajudante de cozinha.
- São esperadas entre 3000 a 5000 pessoas só na quinta-feira, dia dos forasteiros.
- Vêm excursões de Espanha, de Fátima e de outros locais do país.
- São esperadas pessoas do Algarve a Lisboa que beneficiam dos pacotes especiais que os hotéis fazem para esta festa.
- Ainda hoje se usa a expressão “O Bodo a quem tocar tem dentes de coelho”, que significa que os festeiros que forem nomeados vão ter muito trabalho ao longo do ano na preparação da festa.

Ementa:

Quarta-feira: prova de rins, fígado e mioleira para o povo de Monfortinho;

Quinta-feira: sopa de grão e canja, ensopado de cabra, arroz com carne para os forasteiros;

Sexta-feira: sopa de grão e canja, ensopado de cabra, arroz com carne para os habitantes;

Sábado: gaspacho para as senhoras que ajudaram na preparação e na limpeza da festa.

Cântico

Virgem da Consolação
Que estais virada para o Norte
Fostes Vós que nos livrastes
Da praga dos gafanhotos

Nossa Senhora ouviu
Tanta tanta devoção
Morreram os gafanhotos
E toda a gente comeu pão

Quando vimos tanta gente
Ai que não chega a comida
A festa já tem 100 anos
E sempre sobra comida

De joelhos com mãos postas
Pediram com devoção
Levantai-nos esta praga
Virgem da Consolação

Prometeram-lhe uma festa
Os velhos de Monfortinho
Dar de comer a quem vem
Sopa, carne, pão e vinho



Agradecemos a amabilidade de ISABEL ROSA LÚZIO, **90 anos de idade** - cozinheira do Bodo de Monfortinho ao longo de 70 anos consecutivos -, pela cedência das receitas.



DAR NOMES AOS BOIS PARA SABER DE QUEM SÃO OS CORNOS...

Abel Cuncas

Aquando da nossa última conversa sobre o tema central deste número: “os territórios rurais e a crise”, o Prof. Alberto Melo contou-nos uma história deveras ilustrativa da crise... por palavras parecidas, disse-nos:

- Era uma vez um homem que numa feira se abeirou dum ruidoso vendedor de calças baratas e comprou dois pares por 5 euros; este homem levou as calças para uma outra feira e vendeu-as por 10 euros a um terceiro homem que tinha uma tenda noutra terra onde as vendeu por 15 euros a um quarto homem que vivia noutra terra onde vendeu as calças por 20 euros, só que este último comprador voltou uns dias depois à loja muito irritado a reclamar que o vendedor era desonesto, que o tinha enganado, que queria o dinheiro de volta porque as calças só tinham uma perna! Calmamente, o vendedor desfez o engano. - Ó meu amigo, desculpe mas eu pensei que o amigo sabia que aquelas calças não são de vestir... aquilo são calças de comprar e vender... são calças para negócio... percebe? São como esses papéis que andam por aí de banco em banco, mas só servem para comprar e vender, mas não têm outra utilidade... percebe?

Entre os presentes, ouvintes desta história com a qual muito tinham aprendido, segundo disse, estava um agricultor que se queixou de certas más interpretações que as pessoas e os jornalistas que não percebem nada de agricultura fazem, exagerando nas críticas sobre as terras ao abandono. Dizia ele: - As pessoas passam todos os dias numa rua, se nessa rua uma loja fecha, ninguém diz nada, mas se veem um pedaço de terra sem utilização começam logo a lamentar! Não está bem... todas as coisas acabam um dia! Não se queixam do desaparecimento da loja mas queixam-se logo do terreno abandonado... não está bem!

Infelizmente, não houve ocasião para perguntar a esta pessoa, se a loja não era igual às calças duma perna só, que só serve para comprar e vender, mas a terra abandonada pode ter outra utilidade produtiva... por vezes, perde-se a oportunidade do flagrante delito em formação e as conversas, como certos ventres e cabeças, ficam estéreis e só servem para isso, para conversar, sem outra utilidade.

Aqui na VIVER, gostaríamos que as nossas conversas servissem para fecundar, criar, conceber novas ideias e atitudes, capazes de libertar as nossas mentes, dos “embrulhos” que limitam a nossa capacidade de tratar os bois pelos seus próprios nomes.



NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

GRANDE TEMA 08

“As autarquias em meio rural deverão criar, oferecer e publicitar um conjunto de facilidades, que vão desde estímulos à atividade empresarial até à disponibilidade de alojamento de boa qualidade (nomeadamente, através do restauro de casas abandonadas) e de terrenos aráveis a custos razoáveis (graças, por exemplo, à criação de “bancos municipais de solos) ou ainda à oferta de bons equipamentos sociais, culturais, desportivos – como os que já existem”.

“Uma regra fundamental, no que se refere ao desenvolvimento rural, é que qualquer território só será atrativo para o exterior se for, internamente, um espaço vivo, possuidor de uma grande diversidade de ofertas e capaz de proporcionar elevada qualidade de vida aos seus próprios habitantes”.

“Ao certo, ao certo, é que as vítimas são sempre as pessoas. A terra é o pilar da vida. Na evolução histórica o campo esteve sempre na rampa de lançamento de outros desafios. O chão continua e continuará na vanguarda das transmudações do mundo. Olvidar esta evidência é não perceber nada do que passa. Os frutos não brotam em árvores desenraizadas. Persistir no inverso é pura tacanhez”.

SENTIR A BEIRA 49

“Importa trazer para a economia dos nossos dias e dar relevo às identidades locais: geográficas, patrimoniais e produtivas. É vital reconhecer e aproveitar a especialização dos nossos territórios sem qualquer complexo de inferioridade, com os pés bem assentes no terreno, nas relações solidárias de proximidade, na vibração das raízes das tradições e dos laços de origem que compõem a nossa cidadania territorial. E dar-lhes expressão económica e cultural através de marcas que assegurem a visibilidade da oferta, representa a ponte criativa entre tradição e modernidade!”

